



Vila Nova de Famalicão

Plano Estratégico para a Educação

PROJETO EDUCATIVO LOCAL

Outubro | 2016

PLANO ESTRATÉGICO PARA A EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO | PROJETO EDUCATIVO LOCAL

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Praça Álvaro Marques,
4764-502 Vila Nova de Famalicão

Coordenação científica

António Manuel Rochette Cordeiro
Luís Alcoforado

Equipa técnica

Mafalda Frias
André Fonte
Ana Anacleto
Cristina Barros
Liliana Paredes
Lúcia Santos

Jorge Cunha
Sandra Coelho
Sofia Martins

Equipa da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Paulo Cunha (Presidente)
Leonel Rocha (Vereador)
Marco Magalhães (Chefe de Divisão)
Adelaide Dias (Técnica superior)
Inês Carvalho (Técnica superior)

Design gráfico e apoio técnico

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Edição

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Vila Nova de Famalicão | 2016

ÍNDICE GERAL

FICHA TÉCNICA	2
Índice geral.....	3
1.PRINCÍPIOS ENQUADRADORES.....	5
1.1. O Projeto Educativo Local do Município de Vila Nova de Famalicão	7
1.2. Educação e Desenvolvimento: uma procura intemporal e uma necessidade atual.....	8
1.3. Projeto Educativo Local Para um Desenvolvimento Integrado e Sustentável.....	10
1.4. Espaços com Potencial Educativo no Município de Vila Nova de Famalicão.....	12
1.4.1. Espaços com potencial educativo dos Agrupamentos de Escolas.....	14
1.4.1.1. Agrupamento de Escolas D. Maria II.....	14
1.4.1.2. Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco	15
1.4.1.3. Agrupamento de Escolas D. Sancho I.....	15
1.4.1.4. Agrupamento de Escolas Gondifelos	16
1.4.1.5. Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado	16
1.4.1.6. Agrupamento de Escolas Pedome.....	17
1.4.1.7. Agrupamento de Escolas Ribeirão	17
1.4.2. Espaços com potencial educativo da rede particular	18
1.5. Considerações Finais.....	19
2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	21
2.1. Enquadramento Demográfico e Socioeconómico do Município de Vila Nova de Famalicão.....	23
2.2. Plano Estratégico – Famalicão Visão’25.....	25
3. METODOLOGIA E DIAGNÓSTICO	27
3.1. Estratégias de auscultação e envolvimento da população	29
3.2. Organização documental do projeto.....	31
3.2.1. Carta Educativa de 2ª Geração do Município de Vila Nova de Famalicão Revisão - Volume II.....	32
3.2.2. Sucesso Escolar: plano para a melhoria dos resultados escolares - volume III.....	34
3.2.3. Educação Especial: diagnóstico e estratégias de intervenção - Volume IV.....	35
3.2.4. Proposta para a Educação e Formação ao Longo da Vida - volume V	36
3.2.5. O associativismo: diagnóstico e estratégias de intervenção - volume VI	37
3.2.6. Projetos Educativos do Município: diagnóstico e estratégias de intervenção – volume VII	37
4. EIXOS ESTRATÉGICOS DO PEL – OS GRANDES DESAFIOS	39
4.1. Planeamento.....	41
4.2. Finalidades do PEL.....	45
4.2.1. Princípios transversais.....	45

4.3. Eixos de Intervenção do PEL de Vila Nova de Famalicão.....	46
4.3.1. Objetivos do PEL de Vila Nova de Famalicão.....	49
5. O PEL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO – SUBPROJETOS E AÇÕES.....	51
5.1. Parque Escolar.....	53
5.1.1. Requalificação e Reorganização do Parque Escolar.....	53
5.2. Sucesso Educativo.....	54
5.2.1. Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola (PMME).....	54
5.2.2. Pré-escolar a 100%.....	55
5.2.3. Melhores resultados escolares.....	55
5.2.4. Escola a tempo inteiro (AEC?!).....	56
5.2.5. Escola para todos.....	57
5.2.6. Da prevenção ao bem-estar.....	58
5.2.7. Todos educamos.....	59
5.3. Formação ao Longo da Vida e Qualificações.....	59
5.3.1. Intervenção com Jovens NEET (not in employment education or training).....	59
5.3.2. Mais formação, melhor formação.....	60
5.4. Cultura e Coesão Social.....	61
5.4.1. Plano Municipal para a Igualdade.....	61
5.4.2. Envelhecimento Ativo.....	62
5.5. Inovação e Competitividade.....	63
5.5.1. Famalicão Visão'25.....	63
5.5.2. Novas Ofertas de Ensino Profissional.....	63
5.6. Cooperação e Governança.....	64
5.6.1. Subprojeto “Comissão de Monitorização e Acompanhamento do PEL”.....	65
5.6.2. Subprojeto “Núcleo de Intervenção Psicoeducativa e Orientação Vocacional”.....	66
5.6.3. Subprojeto “Juventude participativa”.....	67
Implementação.....	69
Avaliação.....	69
Notas Finais.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
Índice de quadros.....	75
Índice de figuras.....	76

1.Princípios Enquadreadores



1.1. O PROJETO EDUCATIVO LOCAL DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

O Projeto Educativo Local do município de Vila Nova de Famalicão assume-se, desde o início da sua elaboração, como um plano estratégico educativo municipal de carácter inclusivo, que reúne os diferentes atores locais na construção e dinamização de ações que devem vir a dar resposta a necessidades dos cidadãos, perspetivando (trans)formação social e cívica na comunidade. Neste sentido, vinha desde algum tempo a ser atribuído à educação pelo executivo autárquico um papel fulcral de desenvolvimento do território, assumindo-se que este, desde há muito, influenciou e é influenciado por ela. Num projeto deste cariz, a educação é analisada, claramente, de uma forma holística, tendo como premissa fulcral o reforço de uma cidadania ativa e participativa, que alicerça o sistema democrático que gere o território, acontecendo ao longo da vida, incluindo nas suas linhas de ação estratégias formais, não-formais e informais.

O projeto educativo do Município de Vila Nova de Famalicão inclui diferentes estratégias de intervenção e vai ao encontro, como referido, da estratégia territorial de desenvolvimento do município (Famalicão, Visão'25), resultando num cruzamento entre este e o reflexo dos anseios particulares dos seus cidadãos, sendo também assumido como um projeto assente nos princípios e na filosofia de desenvolvimento sustentável (figura 1).



Figura 1
O desenvolvimento sustentável (Cordeiro e Barros, 2011).

Todo o trabalho que se encontra a desenvolver assenta, desde modo, num quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Neste contexto, o assumir de políticas locais de educação por parte do Município deve continuar a ser entendido como um processo inovador que deverá ter por base pressupostos fundamentais, sobre os quais assenta toda a estratégia desenvolvida e a implementar:

- **Os Municípios têm responsabilidade na educação** - No âmbito das suas atribuições e competências, os municípios reúnem um conjunto de áreas em que podem e devem desenvolver atividades e projetos de intervenção, abarcando a interação de diferentes atores e agentes do território, na procura de uma melhor educação para a totalidade dos seus cidadãos;

- **Os territórios são educadores** - Os territórios, no âmbito dos seus recursos materiais e imateriais são educadores, na medida em que impulsionam um processo de (trans)formação sobre o indivíduo, quer de modo formal, quer não formal ou informal, de acordo com o nível de planeamento e estrutura das atividades desenvolvidas pelos indivíduos;
- **A educação deve acontecer num processo de *bottom-up*** - Sendo certo que para garantir a equidade e o direito de todos os portugueses à educação, esta deve ter orientações nacionais bem definidas. No âmbito deste projeto o processo deverá assumir-se como um projeto educativo para o território (e, em algumas áreas pode mesmo ser entendido como supramunicipal), o qual só se pode construir com a participação de todos os que o integram levando, assim, à prossecução de uma mudança que implica, necessariamente, estratégias educativas da base para o topo, potenciando o envolvimento de todos os agentes nas transformações pretendidas, embora deixando sempre salvaguardada as diretrizes nacionais;
- **A educação deve estar associada diretamente ao desenvolvimento do território** - Assume-se que a educação se relaciona com o desenvolvimento, influenciando-se estes mutuamente. Assim, e tendo como base o facto do município de Vila Nova de Famalicão apresentar uma estratégia de desenvolvimento clara e bem definida, naturalmente a estratégia de educação municipal deverá reforçar os objetivos a atingir, ajudando na sua implementação e, de igual modo, as ações estratégicas de desenvolvimento devem encontrar-se associadas à educação.

Nesta linha de ideias, atendendo a todos os pressupostos mencionados, faz parte da visão do município de Vila Nova de Famalicão “Uma educação com todos para um desenvolvimento municipal integrado e sustentável”, apresentando a seguinte missão: envolver todos os cidadãos e suas comunidades (familiares, profissionais, vizinhança...) em processos educativos ao longo e em todos os espaços da vida, capazes de gerar oportunidades de desenvolvimento pessoal e social e um território mais inclusivo e qualificado.

1.2. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA PROCURA INTEMPORAL E UMA NECESSIDADE ATUAL¹

A reflexão sobre a importância do território na promoção de formas de desenvolvimento sustentado, embora não seja recente, tem vindo a assumir uma progressiva centralidade nos discursos e nas estratégias políticas atuais ao nível da construção de respostas para os problemas com que nos vamos deparando. De referir que esta ideia resulta de uma procura com um passado longo, nos diferentes processos de organização da vida social dos seres humanos. Atendendo à interdependência entre a organização social e desenvolvimento, torna-se fundamental construir um sentido comum para as diferentes aprendizagens, individuais e coletivas, proporcionando-lhes espaços formais de transmissão geracional de culturas e saberes, uma vez que se procura apostar num futuro melhor que promova experiências de vida e educativas de transformação das práticas quotidianas, face a exigências de mudança mais imediata (Alcoforado *et al.*, 2014).

¹ Texto introdutório desenvolvido em artigos publicados no contexto da implementação e realização dos projetos estratégicos para educação – Projeto Educativo Local – que a equipa da Universidade de Coimbra (Faculdade de Letras e de Psicologia e de Ciências da Educação) tem vindo a desenvolver (Cordeiro *et al.*, Alcoforado *et al.*, 2014).

Tal como refere Jobert (2010), parece indiscutível a ideia de que o desenvolvimento não pode ser pensado se não for entendido numa lógica de espaço-tempo, onde a noção de território abrange, em simultâneo, um espaço de acumulação de recursos e um espaço de transformação. Deste modo, a definição de território ultrapassa largamente o espaço físico, devendo ser entendido como uma realidade complexa onde, para além das componentes biofísicas, encontram-se também presentes, numa inter-relação equilibrada, a apropriação e reelaboração das componentes humanas, sociais, culturais e históricas.

Neste sentido, o conceito de comunidade adquire, igualmente, especial interesse dado constituir um espaço e local onde se estabelecem autênticas relações sociais, sabendo que, ao nível territorial, qualquer transformação desejável somente advém de uma ação concertada da comunidade, bem como da sua capacidade para mobilizar o conhecimento individual e coletivo em prol das mudanças necessárias.

Mesmo coexistindo diferentes comunidades num determinado território (de vizinhança, profissionais, familiares, académicas...) e de todas elas se espere o contributo indispensável para o futuro que se deseja construir, a ambição para que hoje apelamos é bastante mais abrangente, procurando corporizar a antecipação dessa realidade, planeando as etapas necessárias para a sua materialização, através de um projeto de desenvolvimento estratégico, resultante da vontade e do envolvimento de todos os membros da comunidade territorial.

Estamos, assim, perante o grande desafio que também as políticas públicas, nacionais e europeias, começam a colocar a si próprias, já que procuram estruturar-se numa base mais rígida para o desenvolvimento territorial, pretendendo, por um lado, gerar as condições possíveis para combater desigualdades geográficas mais restritivas e, por outro lado, disponibilizar os recursos necessários para a emergência de formas de desenvolvimento de caráter mais local.

Ainda que se deva esperar uma maior ousadia destas políticas, na capacidade para gerarem movimentos ascendentes, promotores de desenvolvimento solidário e capazes de articular as pessoas, as suas diferentes comunidades e a sociedade, no seu todo, é fundamental que cada território se prepare e movimente para aproveitar os recursos disponíveis e mobilizáveis, mas principalmente, seja capaz de fazer valer a sua vontade de se construir como projeto realista desafiante de base local, e que devem gerar, tendencialmente, dinâmicas individuais e coletivas, essenciais a essa ambição devendo ser:

- Localizado e integrado, porque parte sempre de contextos particulares para outros mais amplos, alargando-se a todas as dimensões da vida das pessoas (social, cultural e económica), mobilizando-as, e aos seus grupos de pertença, na prossecução dos objetivos comuns que corporizam uma ideia identitária onde todos se reveem;
- Endógeno, ecológico e equilibrado, porque utiliza, respeita e potencia os recursos naturais e culturais do território, sem gerar impactos ambientais negativos e sem criar tensões sociais;
- Social e cultural, porque se orienta para o bem-estar de todos, para a recuperação e valorização das culturas locais e para a reabilitação do património material e imaterial, tanto histórico como artístico;
- Participado, porque são as pessoas (todas as pessoas!) os verdadeiros agentes de todas as suas fases e componentes.

Desta forma, a educação e a formação, enquanto ações que materializam o desenvolvimento desejável, necessitam de um espaço e de um tempo que atribuam sentido às transformações que devem promover, a

partir dos recursos disponíveis e mobilizáveis num contexto específico. Estas práticas necessitam de se estruturar a partir de políticas educativas de base local (articulando-se com outras ao nível nacional e transnacional), que promovam a participação de todos e impulsionem as mudanças necessárias a partir das diferentes comunidades, sendo desejável que todos contribuam para o desenvolvimento integrado e sustentado do seu território.

Salienta-se ainda que qualquer projeto estratégico de desenvolvimento, desejavelmente sustentável e de base local, ao nível de um território, tem, necessariamente, de ser articulado com um projeto educativo que prepare todos os habitantes para as mudanças a empreender e potencie as experiências resultantes dessas práticas transformativas, como aprendizagens individuais e coletivas, que potenciem e deem ambição e sentido comum ao desenvolvimento desejado. É esta, no limite, a visão de uma política de desenvolvimento e educativa de inspiração progressista: uma educação que nos prepara para o exercício pleno de uma cidadania ativa e crítica, esperando desta prática cidadã conjunta, em todas as suas dimensões, um desafio a novas aprendizagens e à contínua construção de novas realidades, resultantes da vontade e da ação de todos, num determinado território (Alcoforado, 2014).

1.3. PROJETO EDUCATIVO LOCAL | PARA UM DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

A assunção da responsabilidade da educação, por parte dos estados, tem-se vindo a fazer com base em três convicções principais: acreditar que todas as pessoas são educáveis; ser sempre possível induzir novas formas de desenvolvimento, a partir do domínio progressivo de novos saberes; admitir a superioridade ética da democracia sobre outras formas de exercício do poder, sendo, por isso mesmo, necessário preparar todas as pessoas para esta participação política. Numa altura em que o trabalho se tinha já constituído como tempo social dominante, a criação da escola para corporizar esta assunção pública da responsabilidade educativa, acabou por dividir a vida das pessoas em duas etapas fundamentais, uma com um tempo destinado a aprender e outra dedicada ao uso dessas aprendizagens para o desempenho dos papéis sociais esperados.

Porém, desde logo se percebeu que a crescente complexificação das formas de trabalho e de exercício de cidadania não podiam conviver com esta delimitação, entre o mundo da vida e o mundo da educação. Tendo em conta as características da sociedade atual é clara a ideia de que a educação se deve prolongar ao longo de toda a vida das pessoas, alargando-se, inevitavelmente, a todos os seus espaços de vida, constituindo-se o grande desafio de qualquer projeto educativo.

Por tudo isto, torna-se necessário juntar às políticas transnacionais e nacionais de educação, políticas locais que, em conjunto, contribuam para a mobilização da sociedade com o objetivo de formar cidadãos com capacidade para compreender e pensar o mundo global, mas disponíveis para agir de forma autónoma e responsável (por si mesmos e pelos que consigo interagem) no seu mundo local, em resultado de uma leitura crítica da sua realidade. Portanto, ainda que com referenciais e saberes globais, a educação tem que ser, também, pensada a partir dos contextos locais, para que possam ser garantidos os recursos educativos necessários, os espaços de vida suficientemente desafiadores e o acompanhamento a todos os que necessitam de ajuda para dar sentido às suas aprendizagens contínuas, promovendo o seu reconhecimento pessoal e social (Alcoforado, 2014).

Tal constatação contribuiu para o desafio de se repensar o papel das cidades (Mendes, 2011) e a emergência e consolidação da ideia de cidade educadora (Marfull, 1990; Villar, 2001), passando a aceitar-se que, para além das suas funções tradicionais (económica, social, política e de prestação de serviços), cada comunidade deve reconhecer, exercitar e desenvolver, permanentemente, uma função educadora, assumindo uma intencionalidade e responsabilidade, cujo objetivo principal deverá ser a formação, promoção e desenvolvimento de TODOS os habitantes e do território onde todos interagem.

Nesta lógica de pensamento, para além de garantir atividades heteroeducativas de qualidade, tendencialmente promotoras da capacidade de cada pessoa para dirigir os seus próprios processos de aprendizagem, apela-se hoje à consolidação de práticas ecoeducativas, entendendo-se por ecoeducação o conjunto diferenciado e articulado de experiências que permite que todos aprendam em conjunto, num equilíbrio harmonioso com o meio em que vivem e que partilham, influenciando-o, enquanto se influenciam, questionando-o, ao mesmo tempo que se questionam, transformando-o sempre que se transformam e promovendo o seu desenvolvimento, sempre que se desenvolvem.

Importante será referir que um projeto educativo local que assuma todas estas preocupações deverá estar associado a um projeto de desenvolvimento estratégico do território, numa relação mutuamente desafiante e enriquecedora, sendo que ambos devem contribuir para reforçar a marca identitária, definida e assumida pelos habitantes. É também fundamental que o projeto educativo se estruture a partir de um centro dinamizador, pensado para colocar em interação todos os espaços educadores e potencialmente educadores, articulando uma necessária complementaridade das oportunidades de educação formal, não formal e informal e, tendo como ponto de partida o desenvolvimento de ações necessárias a um planeamento participado que reúna condições para que todos possam dar o seu contributo.

Nesse sentido, foi intuito deste projeto a assunção de que os locais de trabalho fossem, progressivamente, baseados na possibilidade de disponibilizar oportunidades de convocação e construção contínua de novos saberes e competências. As empresas e todas as instituições socioeconómicas devem ser convocadas a este esforço formativo da comunidade, contribuindo para se perceber as necessidades de formação e comprometendo-se com este esforço de valorização de todos os trabalhadores e do território em geral. Será igualmente importante valorizar e acolher, quer as capacidades individuais para inovar e empreender, quer as iniciativas grupais para gerar formas alternativas e solidárias de produção. No entanto, para além do tecido socioeconómico, também os serviços públicos, os espaços patrimoniais e todo o movimento associativo devem participar no projeto.

Em síntese, um Projeto Educativo Local deve ser assumido como um referencial de gestão estratégica da educação ao nível local, paralelo ao plano de desenvolvimento estratégico, constituindo-se como uma base para o desenvolvimento de políticas por parte das entidades que dispõem de competência para o efeito, designadamente, a autarquia, as escolas, mas também a sociedade civil (todos os parceiros), articulando-as com todas as oportunidades de educação formal, não formal e informal, que são proporcionadas por todas as organizações e espaços do território e da vida das pessoas e das comunidades.

1.4. ESPAÇOS COM POTENCIAL EDUCATIVO NO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO

O Projeto Educativo Local procura ajudar na identificação, na articulação e mesmo na construção de espaços públicos de educação no território de Vila Nova de Famalicão, espaços que se entendam como verdadeiramente educadores e cujo planeamento pedagógico seja uma realidade, contribuindo para a construção contínua de como se pode ser cidadão (figura 2).

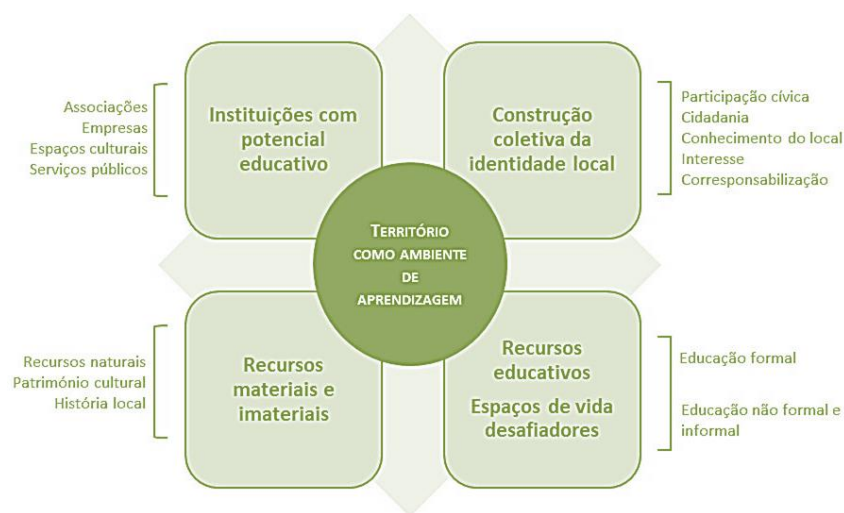


Figura 2
Território como ambiente de aprendizagem.

Para que isto aconteça, importa que se planeie o território atendendo ao que se considera ser um território como ambiente de aprendizagem, muito para além dos espaços escolares, aliás como o território magnificamente o ilustra (figura 3).

Vários são os estudos que evidenciam o potencial dos espaços de educação não formal para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, dado aumentarem a possibilidade de os alunos se envolverem numa multiplicidade de atividades enriquecedoras e complementares às realizadas na sala de aula. Ao proporcionar atividades educativas com objetivos bem definidos em espaços não formais, tais como museus, bibliotecas, espaços verdes urbanos, edifícios socioculturais, espaços desportivos ou outros, numa perspetiva de articulação com o trabalho desenvolvido em sala de aula, é possível alcançar um maior envolvimento, motivação e cooperação das crianças e jovens na realização de atividades e, concomitantemente, obter aprendizagens de âmbito curricular mais consistentes. Assim, urge entender o território como ambiente de aprendizagem que multiplica as oportunidades educativas para todas as faixas etárias, privilegiando uma estreita articulação com a comunidade local e, em simultâneo, a gestão integrada dos recursos e o desenvolvimento de atividades de âmbito educativo, cultural, social e desportivo.

Pretende-se, como se constata, que a ideia do “local” possa envolver-se numa construção coletiva que reforce a ideia de democracia participativa, levando a um maior envolvimento dos indivíduos na construção de políticas de desenvolvimento sustentável nos diferentes prismas de análise e que a ideia de trabalho em “rede” se continue a implementar no território.

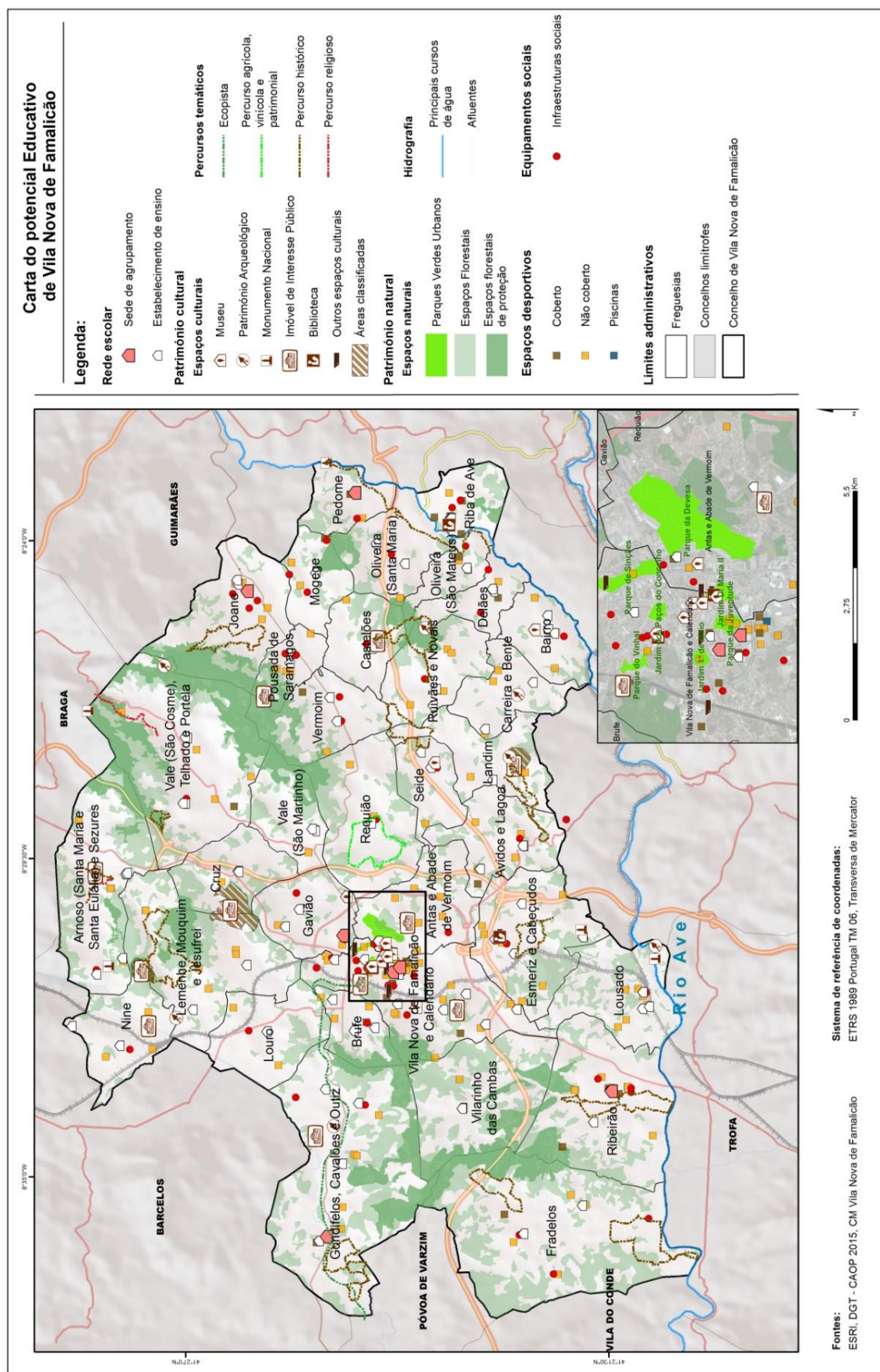


Figura 3
Espaços com potencial educativo.

1.4.1. Espaços com potencial educativo dos Agrupamentos de Escolas

A constatação da importância do território, enquanto ambiente de aprendizagem, leva-nos a refletir e a analisar os diversos espaços existentes no mesmo, tendo em consideração a sua capacidade na multiplicação das oportunidades educativas para as crianças e jovens do município. Deste modo, para além de um levantamento global dos espaços com potencial educativo do município (apresentado anteriormente), considerou-se pertinente efetuar um levantamento dos mesmos direcionado para cada Agrupamento de Escolas - AE D. Maria II (figura 4); AE Camilo Castelo Branco (figura 5); AE D. Sancho I (figura 6); AE Gondifelos (figura 7); AE Padre Benjamim Salgado (figura 8); AE Pedome (figura 9) e AE Ribeirão (figura 10) – uma vez que a cada um deles encontram-se associados equipamentos específicos.

1.4.1.1. Agrupamento de Escolas D. Maria II

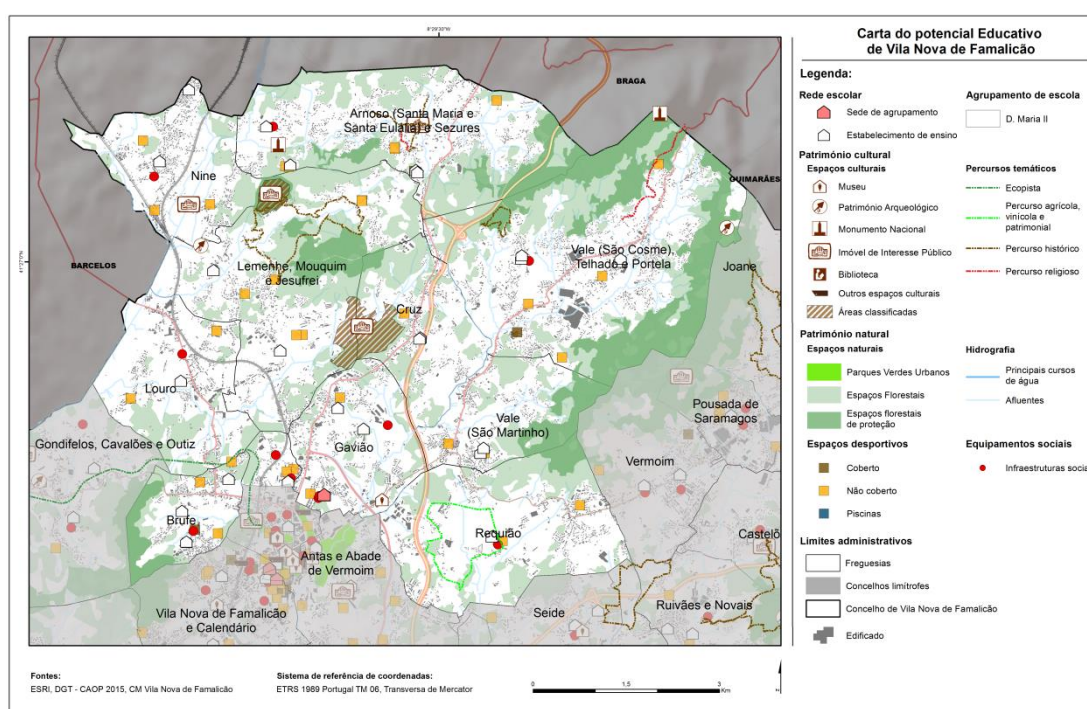


Figura 4
Espaços com potencial educativo do AE D. Maria II.

1.4.1.2. Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco

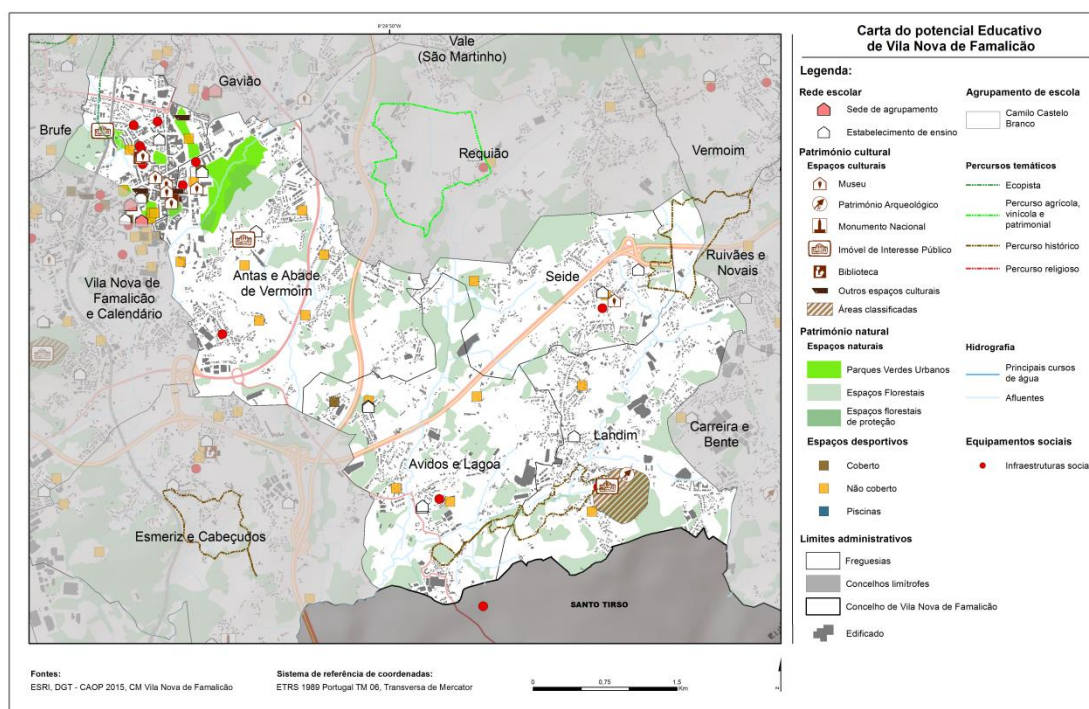


Figura 5
Espaços com potencial educativo do AE Camilo Castelo Branco.

1.4.1.3. Agrupamento de Escolas D. Sancho I

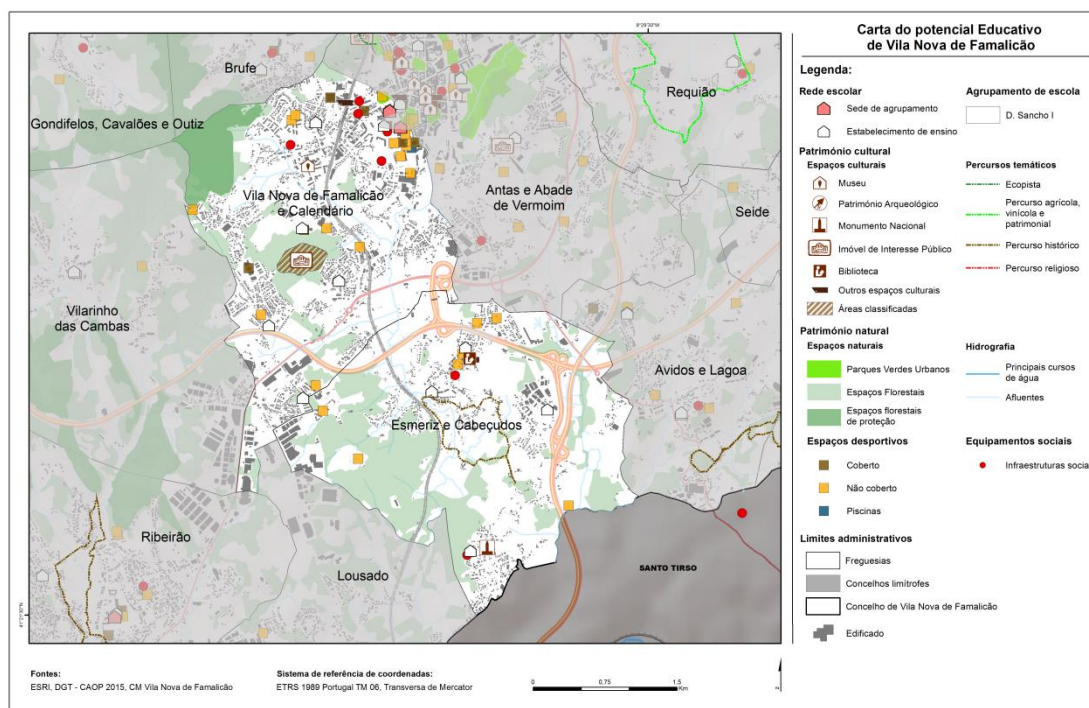


Figura 6
Espaços com potencial educativo do AE D. Sancho I.

1.4.1.4. Agrupamento de Escolas Gondifelos

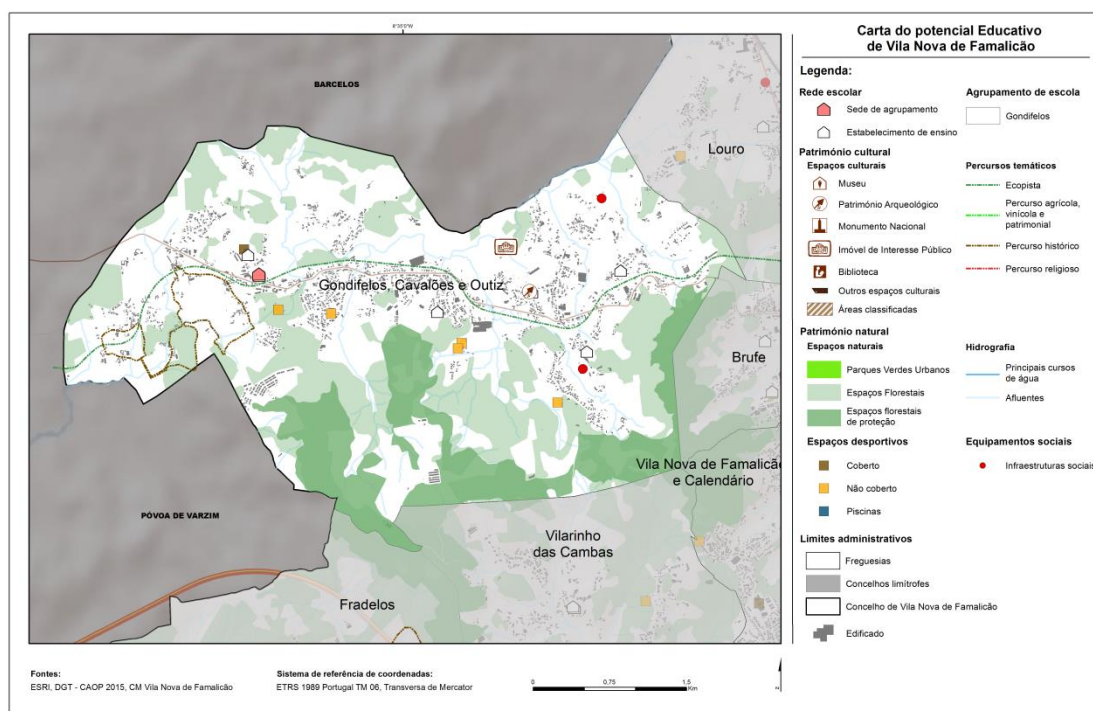


Figura 7
Espaços com potencial educativo do AE Gondifelos.

1.4.1.5. Agrupamento de Escolas Padre Benjamin Salgado

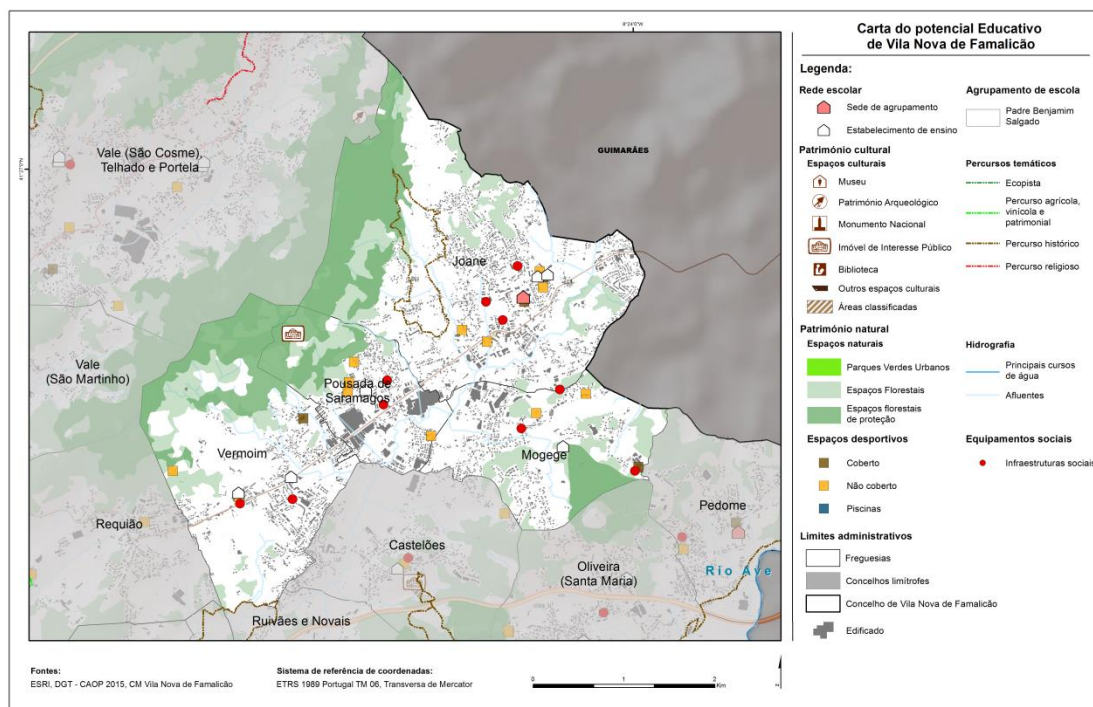


Figura 8
Espaços com potencial educativo do AE Padre Benjamin Salgado.

1.4.1.6. Agrupamento de Escolas Pedome

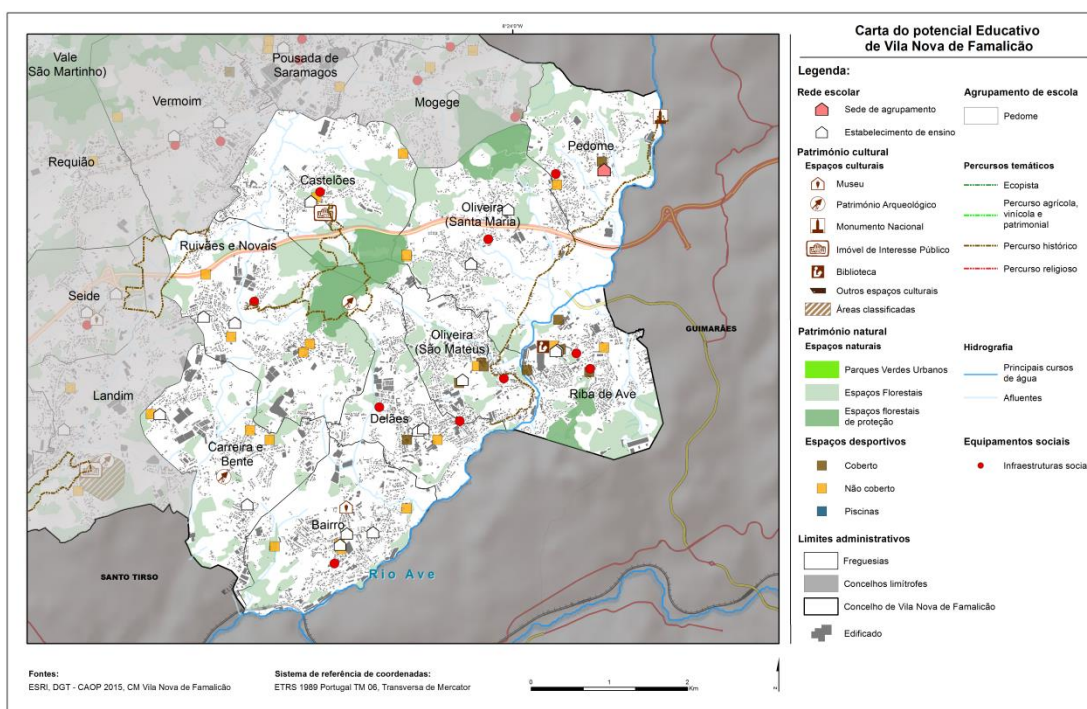


Figura 9
Espaços com potencial educativo do AE Pedome.

1.4.1.7. Agrupamento de Escolas Ribeirão

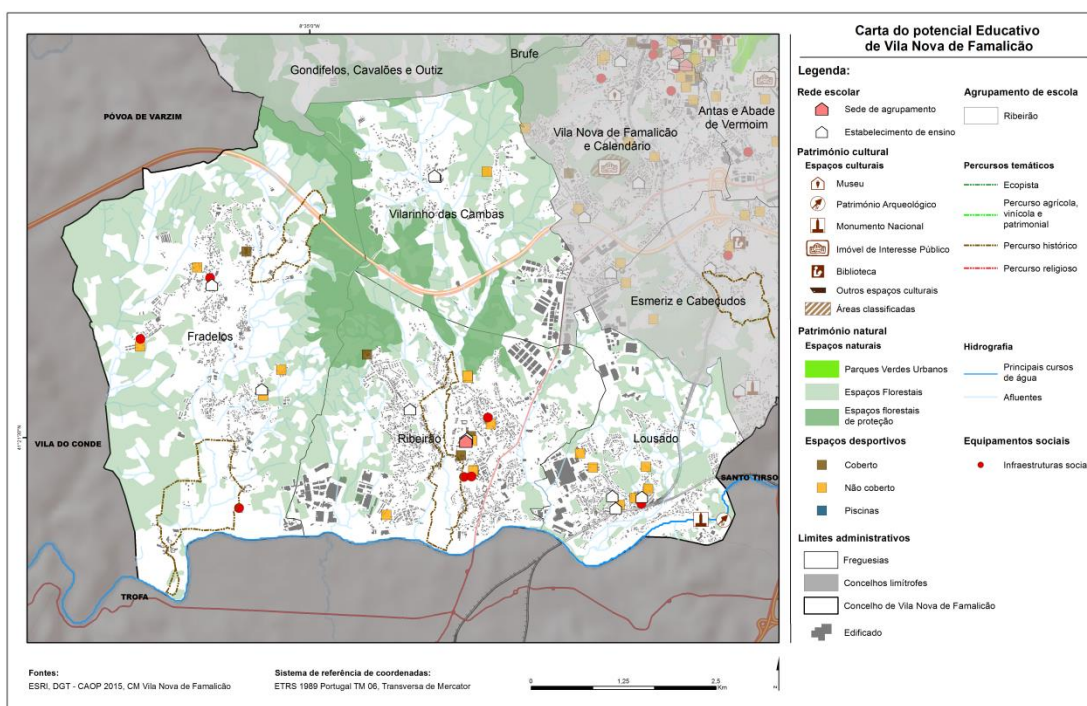


Figura 10
Espaços com potencial educativo do AE Ribeirão.

1.4.2. Espaços com potencial educativo da rede particular

Para além do levantamento dos espaços com potencial educativo associado aos Agrupamentos de Escolas, procedeu-se da mesma forma em relação às escolas pertencentes à rede particular do Município, nomeadamente: a Didáxis - São Cosme (figura 11), a Didáxis - Riba de Ave (figura 12) e o Externato Delfim Ferreira (figura 13).

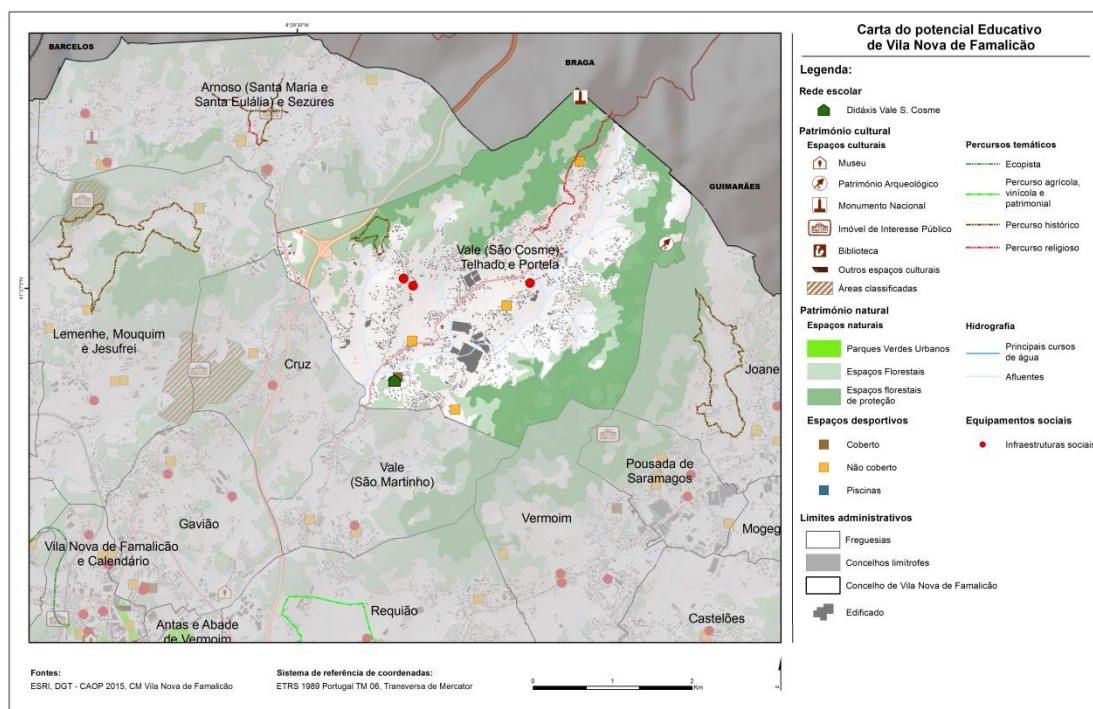


Figura 11
Espaços com potencial educativo | Didáxis - São Cosme.

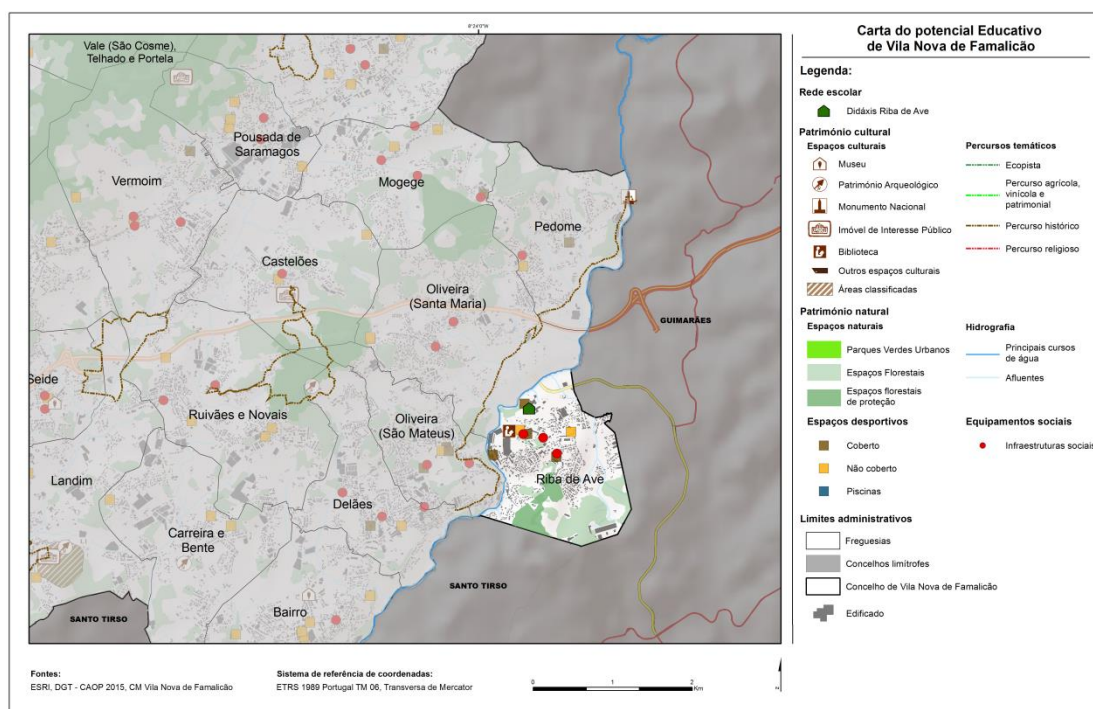


Figura 12
Espaços com potencial educativo | Didáxis - Riba de Ave.

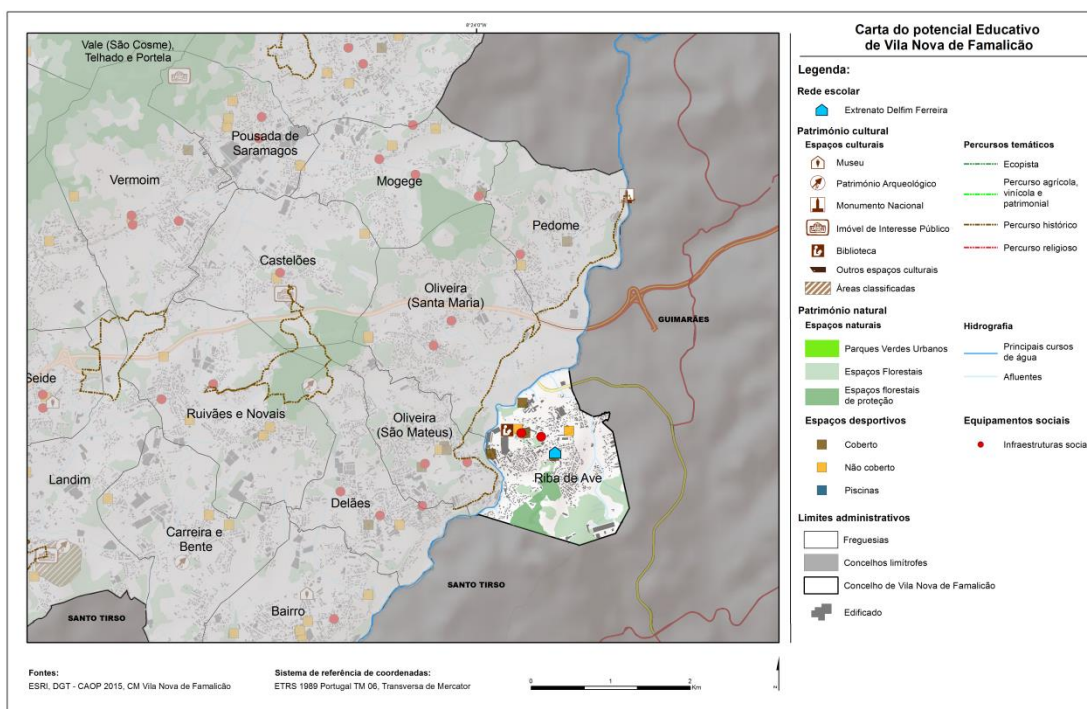


Figura 13
Espaços com potencial educativo | Externato Delfim Ferreira.

1.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto estratégico para a área da educação no município de Vila Nova de Famalicão assume-se, assim, como um instrumento de caráter estruturante, regulador das orientações estratégicas e das práticas educativas para o território. Nesse sentido, implicou processos dinâmicos de análise, diagnóstico, monitorização, avaliação e, sobretudo, de partilha do compromisso e da responsabilidade educativa entre os atores educativos, num determinado espaço com identidade própria e objetivos partilhados como é o do território do município e, vai obrigar sempre a um compromisso de monitorização e avaliação ao longo da vigência do plano. Num momento em que a ação das autarquias é cada vez mais relevante no domínio da educação, o PEL, enquanto instrumento estruturante e prospetivo, deve assumir um papel de destaque na planificação de ações que possam contribuir para uma educação holística e contínua dos seus cidadãos, no quadro de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável de um determinado território (Cordeiro, *et al*, 2012; Alcoforado *et al*, 2014), devendo, por isso, integrar uma equipa alargada de profissionais e atores do território que se devem organizar em torno de projetos concretos, bem definidos e participados por todos, aliás como se observa em Vila Nova de Famalicão.

Tendo em consideração o objetivo deste projeto educativo, os princípios que se pretendiam e pretendem concretizar com a sua implementação, bem como as transformações que se pretendem alcançar, a opção direcionou-se para uma metodologia de projeto participativa, assente numa fase de diagnóstico muito pormenorizada e diversificada, aliás como é visível na organização do projeto, estabilizada na estratégia onde todas as etapas seguintes se encontram planeadas. A fase de implementação e avaliação que se deverá seguir ao momento de assunção do documento final da estratégia, deve já reunir as diferentes equipas que discutirão os

projetos e as formas de implementação, uma vez que só depois da estrutura organizativa estar envolvida no processo se deverá avançar no desenho detalhado e implementação da avaliação.

Embora do ponto de vista estratégico se assuma como um projeto com princípio, meio e fim, o PEL do município de Vila Nova de Famalicão, face aos diferentes eixos estratégicos definidos (figura 14), desenvolve-se como uma estratégia permanentemente construtiva, onde se deverá sempre melhorar e acrescentar mais atividades e envolvimento, procurando o desenvolvimento de políticas locais. Ao serem participadas por mais atores, desenvolve-se com contributos cada vez mais ricos e numa base de mudança cultural ativa.



Figura 14
Eixos estratégicos do PEL do Município de Vila Nova de Famalicão.

2. Caracterização do Território



2.1. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

O Enquadramento Demográfico e Socioeconómico do município de Vila Nova de Famalicão, enquanto primeiro documento de diagnóstico, encontra-se centrado na caracterização genérica deste município numa grande diversidade temática, e numa tentativa de alargar o conhecimento da realidade do território em termos do seu posicionamento no contexto nacional, regional e local. Este conhecimento servirá de base para o desenvolvimento de políticas e medidas no âmbito educativo.

Neste contexto, o diagnóstico apresentado resulta de uma leitura às componentes demográficas e socioeconómicas do município e das freguesias que o integram. Relativamente às dinâmicas socioeconómicas e empresariais, optou-se por apresentar também dados relativos aos municípios limítrofes, ao Continente, à Região Norte e à Comunidade Intermunicipal do Ave, procurando compreender o posicionamento competitivo do município de Vila Nova de Famalicão. Procurou-se apresentar uma análise estatística despretensiosa, com a compilação de alguns indicadores, chamando a atenção para as suas inevitáveis insuficiências e limitações, mas que ainda assim concedem uma visão global aos diferentes territórios, sugerindo padrões territoriais de comportamento em algumas dimensões analisadas. Em jeito de síntese dos indicadores apresentados, utilizou-se uma metodologia de estatística multivariada (análise fatorial e análise de clusters), cruzando alguns dos principais indicadores demográficos, sociais e económicos, numa tentativa de estabelecer padrões territoriais homogéneos em termos dos indicadores observados (ACP).

Reconhecendo que o Projeto Educativo Local (PEL) de Vila Nova de Famalicão deverá ter uma abordagem territorial, é fundamental que se conheça em maior detalhe as diferentes dinâmicas que têm vindo a caracterizar este território ao longo das últimas décadas. Desde logo, optou-se por uma análise ao nível da dinâmica demográfica do passado, atual e futura, com o objetivo de se perceber a evolução ocorrida dos últimos anos, assim como prospetivar como será a população nas próximas décadas. Foi dado particular destaque à evolução futura da população em idade escolar, uma vez que o momento atual obriga a um necessário planeamento de recursos, equipamentos e ações para as crianças e jovens do futuro.

Paralelamente são apresentados indicadores relativos à dinâmica socioeconómica e empresarial, focando-se aspetos relacionados com o sistema urbano e povoamento, as condições de habitação, as famílias, as condições e o nível de vida, a estrutura e tecido empresarial, o mercado de trabalho, as qualificações, as condições de saúde, e o ambiente. Ao nível da dinâmica empresarial foi concedido um maior destaque a esta temática, uma vez que muitas das estratégias a desenvolver no âmbito do PEL passam pelo efetivo envolvimento do tecido empresarial do município, numa lógica de aperfeiçoamento das políticas educativas e de formação e numa clara aposta na qualificação profissional e na educação e formação ao longo da vida.

O município de Vila Nova de Famalicão, localizado no litoral norte de Portugal encontra-se enquadrado na divisão administrativa da Comunidade Intermunicipal do Ave, sendo um dos catorze municípios do distrito de Braga. É limitado a norte pelos municípios de Braga e Barcelos, a este pelo município de Guimarães, a sul pelos municípios de Trofa e Santo Tirso e a oeste por Póvoa de Varzim.

Com uma extensão de 201,59 km², o município que corresponde a uma área de transição entre a região do Minho e a Área metropolitana do Porto, encontra-se distribuído por 34 freguesias após a revisão administrativa

de 2013. Já quanto às particularidades paisagísticas do território, estas apresentam-se com características associadas ao Maciço Hispérico, principal unidade estrutural do substrato Português, e no qual o relevo granítico se apresenta como predominante.

O município assume uma posição privilegiada em termos de eixos estruturantes do território e redes de conectividades quer no contexto nacional, quer no internacional, já que ostenta dois eixos determinantes na rede rodoviária portuguesa, o eixo da A3 que liga Porto-Braga-Valença. Este eixo representa ainda maior impotência no desenvolvimento regional e nacional, visto ser um dos principais eixos de ligação à região da Galiza e à cidade de Vigo.

No que diz respeito à dinâmica populacional, residem cerca de 133 832 indivíduos no município (dados de 2011), correspondendo a 3,63% da população residente na Região Norte e a cerca de 1,33% da população residente no Continente. Assume-se como o 9º município com maiores quantitativos populacionais da Região Norte e o 20º município a nível nacional. Porém, em termos de densidade populacional (663,90 hab/km²) esta assume valores muito superiores aos da Região Norte (173,30 hab/km²) e do Continente (112,80 hab/km²).

No que concerne à estrutura da população, embora se verifique um acentuar para o envelhecimento da população e da diminuição das classes mais jovens, estas ainda possuem um peso significativo, acima da média regional e nacional, não se verificando, por enquanto, um afunilamento excessivo da base da pirâmide.

Os resultados obtidos aquando da realização de projeções da população escolar, com base no método por componentes por coortes, permitem concluir que entre 2011 e 2031 os grupos etários dos 3 a 5 anos, 6 a 9 anos, 10 a 11 anos, 12 a 14 anos e 15 a 17 anos apresentam uma tendência de diminuição substancial.

No quadro do conhecimento do capital humano, importa destacar uma taxa de atividade em 2011 de 61,1%, valor superior à generalidade dos municípios limítrofes e bastante superior à média regional e nacional. A consideração dos ativos empregados deixa antever a importância que as atividades relacionadas com o setor secundário têm no município, uma vez que este setor representa quase metade dos empregados no município. Aliás, é manifestamente reconhecido o papel que a indústria transformadora detém neste município, não só em termos de empregos criados, mas também de empresas constituídas (12,7%), e de valor acrescentado bruto (67,9%). Numa análise aos ramos da indústria transformadora, é a indústria do vestuário (39,8%), a fabricação de têxteis (13,2%) e a fabricação de produtos metálicos (13,1%) que apresentam um maior número de empresas. De salientar que a indústria do vestuário é aquela que apresenta um maior número de pessoal ao serviço (6946, correspondendo a 29,9%).

No que diz respeito ao perfil de habilitações da população empregada, constata-se uma insuficiente qualificação escolar no conjunto dos trabalhadores, observando-se que 57,4% não tem mais do que o 3º ciclo do ensino básico. Tendo presente a evolução do desemprego para os anos mais recentes, importa salientar a tendência de decréscimo no número de desempregados registados nos centros de emprego (de 10994 indivíduos em 2012 para 6287 em 2015, ou seja, um decréscimo de 37,9%).

Com uma localização privilegiada no noroeste português, entre o Porto e a Galiza, o município de Vila Nova de Nova de Famalicão tem conseguido capitalizar as vantagens derivadas da sua posição estratégica, apresentando-se como um município relativamente rejuvenescido, em crescimento demográfico e com um dinamismo económico de realce no contexto regional, fundamentalmente relacionado com a importância que a

indústria transformadora detém neste território. É neste sentido que as políticas a definir e as decisões a tomar devem ser perspetivadas tendo em atenção o contexto da análise realizada e as tendências detetadas.

2.2. PLANO ESTRATÉGICO – FAMALICÃO VISÃO'25

Famalicão Visão'25 corresponde ao Plano Estratégico de Vila Nova de Famalicão para o horizonte 2014-2025. Este plano apresenta como objetivo fulcral *"Projetar Vila Nova de Famalicão como uma comunidade tecno-industrial global, focada na excelência dos setores agroalimentar e têxtil, com um território verde multifuncional"*.

Este documento, de base participativa, permite conhecer o posicionamento de Famalicão na contemporaneidade, sendo também um repositório dos valores que os habitantes de Vila Nova de Famalicão querem ver valorizados e potenciados no seu futuro coletivo. Alguns dos valores dizem respeito à valorização do território de saber fazer, industrial e empreendedor, conectado, urbano-rural, de fortes relações de interconhecimento geradoras de dinâmicas comunitárias, redes e parcerias, que devem constituir-se como mais-valias das ações futuras a desenvolver e implementar neste território.

A elaboração deste plano, seguindo as premissas orientadoras do planeamento estratégico, envolveu um longo processo de debate e auscultação da população local – quer individualmente, quer através das associações, comissões políticas e juntas de freguesia – a realização de workshops de reflexão sobre vários temas, mesas redondas, visitas guiadas, exposições, concursos e diversas atividades que apelaram à participação cívica e ativa de toda a população.

Com o objetivo máximo de estabelecer uma proposta de Visão Estratégica para o território, a primeira parte expõe os patamares e níveis de construção: da sinalização dos valores de diferenciação e complementaridade apresentados pelo espaço social e físico, à identificação do novo nível prospetivo de valores com os quais se deseja reconstruir a identidade futura. Paralelamente estabelecem-se os desafios a enfrentar, assentes em convicções e ambições, sobre o estado atual e o futuro que se deseja para este território. Os desafios, assentes na identidade e valores presentes no território, representam onde se quer chegar e que percurso deve ser feito. Estes foram sistematizados em: "Território tecno-industrial de excelência"; "Território de "crossinnovation"; "Território espaço e funcionalmente biodiverso de referência"; "Economia doméstica sustentável e responsável apoiada na nova economia [Bioeconomia]"; "Laboratório de inovação social de interação e participação e do capital sociocultural"; "Vivência na comunidade aberta e colaborativa"; "Modelo de governança para a iniciativa e corresponsabilização do cidadão" e "Território de governação amigável para os cidadãos".

A partir destes desafios emerge uma Visão simultaneamente descritiva do cenário ambicionado e impulsionadora de uma dinâmica conjunta. Para melhor assegurar o longo trajeto entre os valores identitários do presente e os valores futuros é proposto um conjunto de quatro Programas-Estrela ("Famalicão Made In"; "B-Smart Famalicão"; "Força V - Famalicão Voluntário" e "Famalicão Comunitário") e um quadro de indicadores de acompanhamento da Visão.

A segunda parte deste plano tenta elencar um conjunto de agendas associadas aos Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento da Estratégia Europa 2020: a Agenda do Crescimento Inteligente, a Agenda do Crescimento Sustentável, a Agenda do Crescimento Inclusivo e a Agenda da Governança do Território. Para cada uma das agendas, e suportando-se dos resultados dos eventos de envolvimento e participação ocorridos no

âmbito do programa “Famalicão Visão’25 – 25 Ideias de Futuro” – nomeadamente, os workshops das plataformas interinstitucionais –, são apresentadas propostas de Áreas com Potencial de Intervenção, bem como se integram as Redes e Parcerias de suporte e se propõem um conjunto de Projetos Estruturantes.

Numa terceira parte e atendendo a um papel contínuo do planeamento estratégico, é dedicada uma atenção à exploração das diversas estratégias a prosseguir durante o período de vigência do plano estratégico no sentido de continuar a catalisar processos, enriquecer e qualificar a ação existente, ativar as energias da participação cívica, gerar inovações e criatividade e interligar com dinâmicas externas.

Na quarta e quinta partes, são elencadas diversas propostas práticas que apoiem a concretização operacional de projetos e garantam uma avaliação prospetiva e enriquecedora com referenciais reconhecidos.

Numa sexta parte é dado especial destaque ao papel da comunicação como ferramenta ao serviço da ambição partilhada no território e, simultaneamente, como processo de animação do desenvolvimento do território. Nesta parte são sinalizados os diversos domínios e recursos a atender, orientados sempre num sentido de atribuição de voz e capacidades à comunidade. O primeiro exercício, do “Sofá Visão’25” aos 30 eventos do programa “25 Ideias de Futuro” incluem algumas das primeiras premissas comunicacionais a valorizar.

No que diz respeito à Educação, é notório que ao longo do documento é dado especial enfoque a esta área temática. A referência ao objetivo temático 10 (OT10) “Investir na Educação e na Formação Profissional para a aquisição de competências e Aprendizagem ao Longo da Vida” é complementada por um diagnóstico síntese do estado do território nesta matéria, sendo posteriormente elencadas as áreas com potencial de intervenção nas diferentes modalidades de ensino, que serão trabalhadas no projeto estruturante “Projeto Educativo Local”. Desta forma, a partir do objetivo temático 10 é estabelecida a ponte para o PEL que, por sua vez e de acordo com o trabalho de diagnóstico realizado dará origem a outros objetivos bem definidos e orientados para a intervenção pretendida. É dado destaque à Aprendizagem ao longo da vida elencando-se as seguintes medidas de intervenção: programas de cursos de educação e formação de adultos e de cursos para o ensino recorrente; projetos que promovam o desenvolvimento das competências comportamentais, através da partilha de programas entre empresas, substituindo-as por iniciativas individuais; e mobilização da população para processos de RVCC, com o envolvimento das empresas e entidades locais.

3. Metodologia e Diagnóstico



O Projeto Educativo Local do município de Vila Nova de Famalicão assumiu, desde o seu desenho inicial, uma metodologia que se pretendeu participativa, sendo o seu desenvolvimento adaptado a cada um dos seus subterritórios e, por isso, único de acordo com a participação e necessidades específicas do município.

Sendo um processo totalmente suportado por uma metodologia de projeto participada, assumiu uma configuração metodológica baseada em quatro fases distintas, apresentadas e aceites, desde o início do projeto, pelos diferentes atores locais - Diagnóstico, Planeamento e Desenho, Implementação e Avaliação -, obedecendo, cada uma delas, a diferentes etapas organizadas de forma sequencial (figura 15).

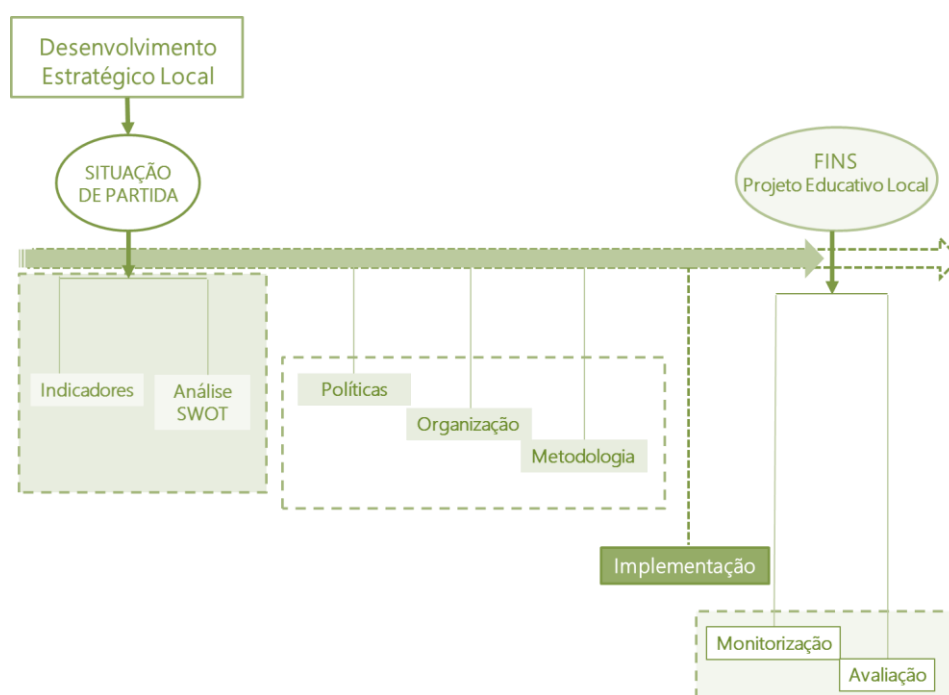


Figura 15
Bases metodológicas do Projeto Educativo Local – Diagnóstico, Planeamento e Desenho, Implementação e Avaliação.

Como em qualquer plano estratégico, o diagnóstico do PEL assume-se como parte inicial e fulcral do projeto, uma vez que se acredita que, quanto maior for o seu rigor, associado a um bom planeamento, maior será a probabilidade de sucesso de implementação do mesmo. Assim, ao nível do diagnóstico, procedeu-se a um conjunto de estratégias de auscultação e envolvimento dos cidadãos, as quais se assumiram como as bases de trabalho para o desenvolvimento dos documentos estratégicos de diagnóstico do território e dos projetos estratégicos de educação que mais adiante se vão apresentar.

3.1. ESTRATÉGIAS DE AUSCULTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO

Atendendo ao cariz participativo e participado que um projeto como o que foi desenvolvido exige, várias estratégias foram utilizadas para fomentar o envolvimento e a participação dos diferentes atores de Vila Nova de Famalicão realizando-se, desta forma, um conjunto de reuniões de auscultação da população, com a adequada recolha de dados, sendo estas dinamizadas pelas equipas do PEL da autarquia e envolvendo diferentes temáticas

e orgânicas. Estas reuniões, em grupos de trabalho, foram fundamentais na construção do diagnóstico (e não só), uma vez que foi a partir destas que se mobilizaram os atores para a procura de uma estratégia comum, partindo das necessidades que estes sentem no seu dia-a-dia no todo do Município de Vila Nova de Famalicão (figura 16).

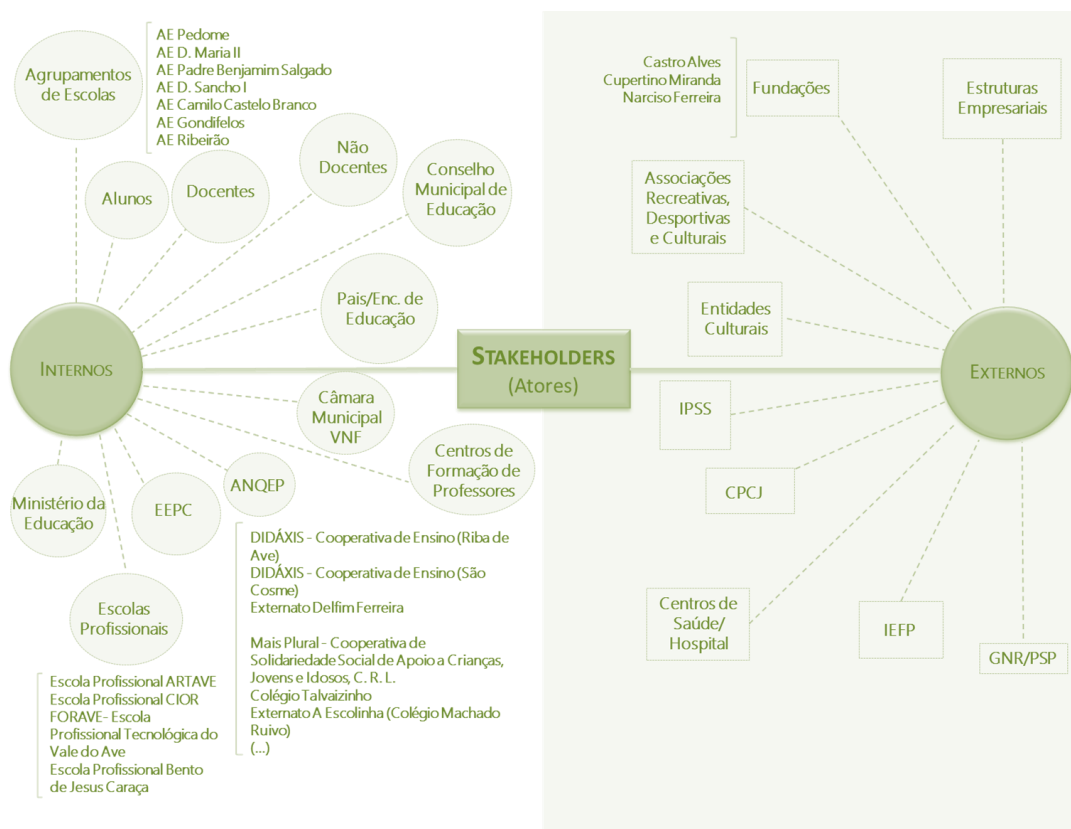


Figura 16
Stakeholders Internos e Externos – O envolvimento dos diferentes atores no PEL de Vila Nova de Famalicão.

Neste contexto foram realizadas dezenas de reuniões, *workshops* e *Focus Group*, quer com os atores educativos – Diretores de Agrupamentos de Escolas; Diretores de Escolas da Rede Particular; Docentes ligados à Educação Especial; Docentes em geral (apresentação inicial do PEL); Equipas de avaliação interna das escolas; - quer com os restantes stakeholders do município. Nesse particular, realça-se as reuniões efetuadas com Executivo Municipal e Assembleia Municipal, Conselho Municipal de Educação, Conselho Local de Ação Social, Conselho Municipal da Juventude, bem como com as Associações Desportivas e Culturais, com as Associações de Pais e Centros de Formação de Professores². De referir, ainda, as reuniões efetuadas no âmbito do volume II do PEL – Carta Educativa de 2ª Geração – com a população das diversas freguesias que integram cada um dos diferentes Agrupamentos de Escolas.

Em simultâneo foram lançados inquéritos temáticos de modo a que a auscultação se tornasse mais ampla e diversificada, de modo a que o PEL se apresentasse como um documento que refletisse a visão de construção do que se pretende para o município: que aluno é que se pretende como o ideal dos diferentes territórios

² Neste particular, julga-se necessário referir que a próxima fase de auscultação vai passar pela discussão com os alunos e recebimento de propostas de melhoria do documento, tendo também presente que deverá efetuar-se uma nova ronda de reuniões com as instituições anteriormente auscultadas.

municipais e do próprio concelho; quais as fraquezas e quais as potencialidades da escola em Vila Nova de Famalicão; ou qual é a visão dos atores do que deverá ser a escola de futuro no todo do Município.

3.2. ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL DO PROJETO

Em paralelo com o processo de auscultação aos atores locais, foi também desenvolvido todo um conjunto de documentos que funcionaram como peças articuladas do diagnóstico do território. A realização destes diferentes documentos constitui-se como alicerce de todo o processo que agora se desenha e pretende implementar. Deste modo, e atendendo a todo o caminho percorrido no âmbito do processo de diagnóstico, à amplitude temática que este projeto apresenta e à necessidade de caracterizar o território de forma detalhada, procurou-se, desde logo, encontrar caminhos para a melhoria das práticas, permitindo uma posterior avaliação da implementação e do impacto do projeto. Nesse sentido, foram elaborados sete documentos de diagnóstico, bem como o presente documento, enquanto resultado final que expõe o projeto e estratégia educativa para o município de Vila Nova de Famalicão (figura 17) e que, naturalmente, reflete as temáticas consideradas como prioritárias para a nova lógica educativa do território. Os referidos documentos apresentam-se, assim, agrupados em volumes integradores e que refletem a filosofia do projeto. Deve ser realçado que estes documentos são mais do que meros diagnósticos da realidade concelhia, na medida em que já se podem encontrar recomendações ou soluções para a concretização do plano estratégico de educação de Vila Nova de Famalicão.

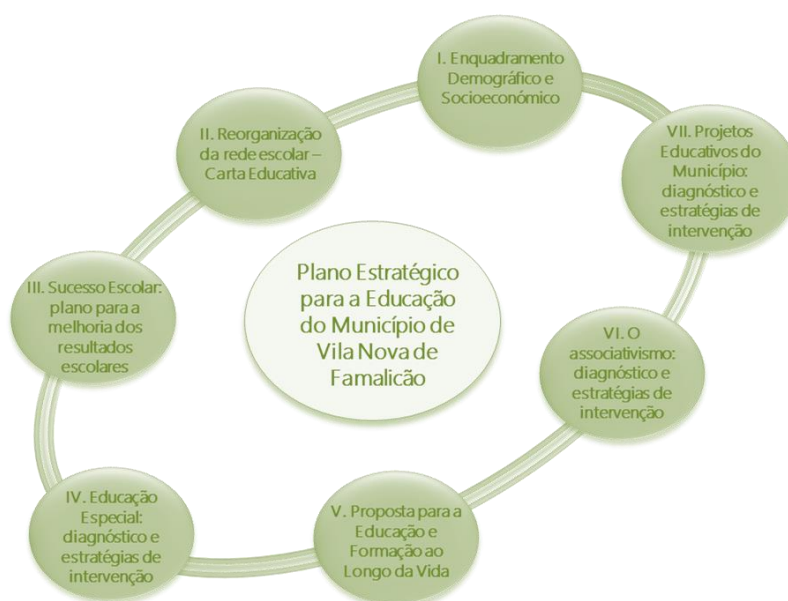


Figura 17
Organização documental do PEL do Município de Vila Nova de Famalicão.

Os diferentes documentos que integram o diagnóstico – peças fulcrais para a elaboração do documento estratégico para a educação no município de Vila Nova de Famalicão | Projeto Educativo Local – foram desenvolvidos por áreas diferenciadas e que abordaram temáticas muito distintas no seio da área educativa do território:

- Volume I | Enquadramento demográfico e sociodemográfico do município de Vila Nova de Famalicão – Documento que integra uma caracterização global do município, realizando uma abordagem sucinta do tecido empresarial e do associativismo, numa lógica de enquadramento territorial mais global das diferentes temáticas;

- Volume II | Carta Educativa de 2ª Geração do Município de Vila Nova de Famalicão | Revisão – Documento estratégico de reorganização da rede educativa do município de Vila Nova de Famalicão, cumprindo os Decretos-Lei n.º 7/2003 e n.º 72/2015;

- Volume III | Sucesso escolar: plano para a melhoria dos resultados escolares - Documento de caracterização e reflexão sobre os resultados escolares dos alunos no município de Vila Nova de Famalicão, incluindo recomendações e ideias de projetos a implementar por parte da comunidade educativa na implementação do PEL que vão ser apresentados de modo mais detalhado no documento das ações a implementar;

- Volume IV | Educação especial: diagnóstico e estratégias de intervenção - Documento de caracterização dos alunos identificados com Necessidades Educativas Especiais no município de Vila Nova de Famalicão, incluindo necessidades dos mesmos, recomendações e ideias de projetos a desenvolver por parte da comunidade educativa na implementação do PEL, e cuja criação de uma base de dados municipal se torna fundamental a curto prazo;

- Volume V | Proposta para a Educação e Formação ao Longo da Vida – Documento de caracterização e reflexão sobre a realidade empresarial do município. O documento da autarquia, elaborado no âmbito da Rede Local de Educação e Formação de Vila Nova de Famalicão – Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação 2016/2018 – será a base para o estabelecimento da imprescindível relação entre o tecido empresarial e a oferta formativa;

- Volume VI | O associativismo: diagnóstico e estratégias de intervenção - Documento de caracterização e reflexão sobre os projetos e o papel do movimento associativo no contexto educativo do território, bem como se equaciona as melhores formas de futuras intervenções no potenciar do movimento associativo no PEL;

- Volume VII | Projetos educativos do município: diagnóstico e estratégias de intervenção - Documento de caracterização e reflexão sobre os projetos e atividades que o município de Vila Nova de Famalicão implementa no âmbito da educação, incluindo recomendações e ideias de projetos a implementar por parte da comunidade educativa na implementação do PEL.

Face aos diferentes documentos que compõem o diagnóstico do PEL do município de Vila Nova de Famalicão, apresentar-se-á, de seguida, uma síntese de cada um deles, tendo em consideração que o volume I – Enquadramento demográfico e socioeconómico – funcionou como texto de base ao presente documento estratégico, logo os restantes volumes vão servir como enquadramento da área educativa.

3.2.1. Carta Educativa de 2ª Geração do Município de Vila Nova de Famalicão | Revisão - Volume II

De acordo com o decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

Para cumprir esta finalidade a carta educativa do município de Vila Nova de Famalicão assentou, num primeiro momento, na realização de um completo diagnóstico do sistema educativo, que teve por objeto os edifícios e equipamentos educativos e respetiva localização geográfica, as ofertas educativas da educação pré-escolar ao ensino básico e secundário, incluindo as diferentes modalidades de ensino, e as frequências escolares. Para este completo diagnóstico do sistema educativo a carta educativa de 2ª geração do município de Vila Nova de Famalicão incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, particular, cooperativa e solidária.

Este completo diagnóstico do sistema educativo incluiu também a caracterização das atividades complementares de ação educativa (atividades de animação e de apoio à família, componente de apoio à família, atividades de enriquecimento curricular, atividades extracurriculares e desporto escolar), da situação do município face ao programa nacional educação 2015 (resultados em provas nacionais, taxas de retenção e taxas de abandono escolar), da caracterização dos equipamentos educativos e dos recursos humanos, da ação social escolar, dos transportes escolares e da educação e formação de adultos (Centros de Educação e Formação de Adultos, ensino recorrente e centros para a qualificação e o ensino profissional).

Num segundo momento a carta educativa de 2ª Geração do município de Vila Nova de Famalicão integrou uma proposta de reorganização da rede educativa, que inclui uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos, mas que devido ao momento em que foi concluída (Maio, 2016), que antecedeu as decisões da Tutela relativamente aos contratos de associação com os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo (Junho, 2016), acabou por ser, inicialmente, apresentada apenas a reorganização da rede educativa da educação pré-escolar e do 1º CEB, encontrando-se os restantes níveis de ensino a aguardar uma maior clarificação da oferta e da procura escolar (a apresentar em Outubro de 2016).

Assim, no ano letivo 2014/2015 a rede educativa do município de Vila Nova de Famalicão era composta por 124 estabelecimentos que abrangiam os diferentes níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino profissional, dos quais a grande maioria eram, naturalmente, relativos à educação pré-escolar e ao 1º CEB.

No que respeita à população escolar, os 124 estabelecimentos eram frequentados no conjunto por uma população escolar global de 22019 alunos, valor que exclui apenas a educação e formação de adultos. Constatou-se que a população tem vindo a registar uma diminuição nos últimos anos letivos, sendo que, e tendo em linha de conta apenas os nascimentos registados no município de Vila Nova de Famalicão, se prevê um agravamento futuro desta tendência em todos os níveis de ensino. Para o período 2014/2015 e 2020/2021 prevê-se, para o 1º CEB, uma redução de -20,34%, que representa -1071 alunos, para o 2º CEB um decréscimo de -17,43%, valor correspondente a -508 alunos, para o 3º CEB uma diminuição de -19,61%, que representa -945 alunos, e para o ensino secundário uma redução de -11,05%, valor correspondente a -535 alunos. Entre os anos letivos 2014/2015 e 2017/2018 espera-se para a educação pré-escolar um decréscimo de -17,90%, que equivale a -649 crianças.

A proposta de reorganização da rede educativa refletiu, naturalmente, este cenário ao nível da rede educativa e da evolução da população escolar projetada, ainda que o 2º e 3º CEB e o Ensino Secundário não tenham sido apresentados ao Conselho Municipal de Educação (enquanto proposta definitiva), pelas razões anteriormente expostas. Assentando na desconcentração em sete territórios educativos, os correspondentes aos Agrupamentos de Escolas, a opção seguida pelo município de Vila Nova de Famalicão para a reorganização da sua rede

educativa municipal da educação pré-escolar e do 1º CEB foi a de encerrar os estabelecimentos de educação e ensino de reduzida dimensão, integrando a população escolar em escolas de maior dimensão e que ofereçam condições físicas e pedagógicas superiores. No caso do 1º CEB este critério aplica-se aos estabelecimentos com menos de 4 salas de aula, que não asseguram a lógica de uma sala e um docente por ano de escolaridade. Ainda assim, qualquer encerramento está dependente da criação de um projeto educativo próprio e do sucesso escolar dos alunos, pelo que foi defendida a manutenção de algumas escolas com estas características, mas apenas enquanto o número de alunos não é inferior ao pedagogicamente recomendado. Paralelamente apostou-se na indicação da necessidade de melhoria do parque escolar, através da realização de obras de ampliação/remodelação de alguns edifícios.

Importa referir, no entanto, que embora a carta educativa do município de Vila Nova de Famalicão dê cumprimento legal ao decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro e às orientações de planeamento educativo divulgadas posteriormente pelo Ministério da Educação (ME), foram definidos um conjunto de critérios municipais orientadores da reorganização da rede educativa, relacionados com a mudança no paradigma do planeamento educativo que se tem vindo a efetivar.

3.2.2. Sucesso Escolar: plano para a melhoria dos resultados escolares - volume III

Numa análise global que permita uma procura de caminhos para o sucesso escolar que o município já vinha a trilhar, tornava-se evidente que os resultados obtidos pelos alunos do município de Vila Nova de Famalicão se situam maioritariamente a um nível médio, facto que se constata ao longo de todos os níveis de ensino, exceção feita ao Ensino Secundário, que apresenta resultados médios negativos, embora num sentido muito idêntico ao observado a nível nacional. Assumindo neste primeiro momento os resultados dos exames nacionais, o tipo de perfil de resultados, com a ausência de percentagem significativa em termos de valores altos de classificações, evidencia a necessidade de criação futura de estratégias para os alunos, no sentido da solidificação das aprendizagens e melhoramento dos resultados de uma forma global.

No que se refere aos resultados mais baixos, ainda que a Matemática – incluindo Matemática B e MACS (Matemática Aplicada às Ciências Sociais) no secundário – se distinga, de um modo claro, pela negativa como a área que reúne as médias mais baixas desde o 1º CEB, merecendo por essa razão a definição e criação de estratégias claras de melhoria dos resultados, áreas como as das ciências (Física e Química e Biologia e Geologia) requerem também atenção na procura dessas estratégias, em particular no secundário. Nesse sentido, são recomendados projetos interdisciplinares e de abertura ao território, uma vez que, se torna importante o criar de diferentes formas de aprendizagem para os alunos nas diferentes matérias, reforçando os conhecimentos necessários, mas sempre observando as especificidades dos alunos do território.

Numa análise mais fina, constatou-se que as vias de ensino profissionalizante apresentam, por norma, resultados médios de avaliação externa inferiores aos homólogos no ensino regular. No geral, a realização de provas finais ou exames nacionais por esses alunos demonstra algumas debilidades pela incapacidade de obtenção de resultados que possibilitem um sucesso na avaliação externa. Este facto leva à necessidade de reflexões em torno da adequabilidade dos conteúdos dos currículos dessas ofertas formativas às matérias

avaliadas nas provas finais e exames nacionais, assim como da continuidade dos percursos escolares em opções por diferentes modalidades de ensino.

O investimento na melhoria dos resultados escolares deve, assim, passar pelo adquirir de competências e conhecimento dos alunos, pelo aumento do nível de trabalho efetivo desses nas escolas, fomentando a autonomia e a responsabilidade, pela alteração das práticas de ensino, criando espaços onde os alunos pensem e construam livremente e de forma ativa o seu conhecimento, apostando, assim, num trabalho pedagógico adequado aquando da identificação das necessidades e na criação de programas de reforço de aprendizagens e estratégias para a realização dos exames nacionais. Deve ainda atentar-se à elaboração de horários escolares em função das aprendizagens pretendidas, bem como à diversificação dos instrumentos de avaliação e ao aumento da participação dos alunos nos processos de tomada de decisão. Um ponto fulcral que deve ser tido em linha de conta é o do aumento das práticas de colaboração entre docentes e a aproximação da escola aos pais. Este trabalho pode ainda ser acompanhado por projetos de cidadania e de prevenção de comportamentos de risco, completando a formação dos jovens para o exercício da cidadania em pleno, criando espaços territoriais de aprendizagem.

Neste documento do diagnóstico e, tendo em consideração o decidido pela Tutela no ano letivo de 2015/16, com a substituição dos exames nacionais de 4º e 6º anos de escolaridade por provas de aferição a realizar nos 2º, 5º e 8º anos, foi realizada ainda uma breve análise (os resultados das provas apenas foram conhecidos com o documento já fechado), mas que virá a ser objeto de uma análise mais fina e objetiva no momento em que seja possível uma análise comparativa – fase de monitorização – que poderá ocorrer logo no final do próximo ano letivo (2016/17).

3.2.3. Educação Especial: diagnóstico e estratégias de intervenção - Volume IV

No Município de Vila Nova de Famalicão, foram caracterizados 799 alunos com Necessidades Educativas Especiais (sendo que 64% correspondem ao sexo masculino e 36% ao sexo feminino), com idades compreendidas entre os 4 e os 26 anos. As faixas etárias onde se verifica o maior número de alunos com NEE correspondem aos 10 aos 14 anos (45%) e aos 15 aos 19 anos (40%) respetivamente.

Os dados revelaram que os territórios do Município com maior percentagem de alunos com NEE são Vila Nova de Famalicão (16%), Delães (6%), Joane (5%) e Ribeirão (5%). Verificou-se ainda que a maioria dos alunos deste Município reside em Vila Nova de Famalicão e Calendário (16% correspondente a 109 alunos). Os resultados também revelaram que no ano letivo de 2014/2015 o maior número de alunos com NEE frequentou o Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco com uma percentagem de 22% (127 alunos), perfazendo uma percentagem de 3% do número total de alunos deste agrupamento. Também o Agrupamento de Escolas D. Maria II surge com uma percentagem de 23% (130 alunos), perfazendo uma percentagem de 4% do número total de alunos desse Agrupamento no ano letivo de 2014/2015. Tendo em conta os restantes Agrupamentos de Escolas, no ano letivo de 2014/2015, os alunos com NEE dividiram-se da seguinte forma: A.E. D. Maria II (18%); A.E. Padre Benjamim Salgado (15%); A.E. de Pedome (14%); A.E. de Ribeirão (13%); A.E. D. Sancho I (12%); A.E. de Gondifelos (3%); A.E. de Pevidem (2 alunos) e os A.E. Bernardino Machado; D. Manuel Faria e Sousa; António Correia de Oliveira; Delfim Ferreira; da Trofa e de Rates com apenas um aluno com NEE cada. Já relativamente ao

ano letivo de 2015/2016 os alunos dividiram-se da seguinte forma: A.E. D. Maria II (17%); A.E. Padre Benjamim Salgado (16%); A.E. de Pedome (14%); A.E. de Ribeirão (14%); A.E. D. Sancho I (13%) e A.E. de Gondifelos (3%).

A maioria dos alunos manifesta deficiências de nível cognitivo (49% correspondente a 448 alunos), tendo-se verificado igualmente uma percentagem elevada de alunos com problemas ao nível da comunicação e linguagem (19% correspondente a 177 alunos). Tendo em conta os níveis de deficiência (ligeira, moderada, grave, profundo), os resultados revelaram que a maioria dos alunos apresenta deficiências de tipo moderado (41% correspondente a 325 alunos), muito embora um elevado número destes possua deficiências de nível grave (35% correspondente a 284 alunos). A percentagem de alunos com deficiência ligeira corresponde a 23% (182 alunos), com deficiência moderada corresponde a 41% (325 alunos), com deficiência grave, verificou-se 35% (284 alunos) tendo-se verificado apenas 1% (8 alunos) com deficiência de nível profundo. De acordo com os dados recolhidos, 60% destes alunos necessitam de turmas reduzidas. No entanto, verificou-se que a maioria dos alunos com NEE passa a maior parte do seu tempo letivo em salas de aula regular (86%, correspondente a 645 alunos).

Relativamente ao nível de escolaridade, tanto no ano letivo de 2014/2015 como no ano letivo de 2015/2016, a maioria destes alunos encontrava-se a frequentar o 1º Ciclo de Ensino Básico. No entanto, verificou-se um aumento do número de alunos a frequentar o 3º Ciclo do Ensino Básico de 25% em 2014/2015 para 30% no ano letivo de 2015/2016.

Tendo em conta o tipo de transporte casa-escola e escola-casa, a grande maioria é feita através do transporte de familiares (61%), tendo-se verificado também que 20% destes fazem este percurso a pé.

Analizando as Medidas Educativas, os resultados revelaram que as medidas mais implementadas correspondem aos Art.º 20º (Adequações no Processo de Avaliação) (32%), Art.º 17º (Apoio Pedagógico Personalizado) (30%) e o Art.º 18º (Adequações Curriculares Individuais) (19%). As restantes medidas organizam-se da seguinte forma: Art.º 22º (Tecnologias de Apoio) (9%), Art.º 21º (Currículo Específico Individual) (7%) e Art.º 19º (Adequações no Processo de Matrícula) (3%).

3.2.4. Proposta para a Educação e Formação ao Longo da Vida - volume V

A importância da dinâmica empresarial do Município de Vila Nova de Famalicão é evidente, já que muitas das estratégias a desenvolver no âmbito do PEL passam pelo efetivo envolvimento do tecido empresarial do município, numa lógica de aperfeiçoamento das políticas educativas e de formação e numa clara aposta na qualificação profissional e na educação e formação ao longo da vida.

Neste sentido, para além de uma caracterização do tecido empresarial e dinâmica económica do concelho, este documento integrará também uma caracterização da oferta formativa, de acordo com as diferentes modalidades de formação, bem como um diagnóstico das necessidades de formação das empresas, tendo por base um documento da Câmara Municipal – *Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação 2016-2018*.

Por último é realizado um imprescindível balanço entre a oferta formativa existente e as necessidades de formação das empresas, bem como lançadas algumas recomendações.

Documento em desenvolvimento. A aguardar respostas ao questionário referente ao tecido empresarial.

3.2.5. O associativismo: diagnóstico e estratégias de intervenção - volume VI

A aguardar respostas ao questionário do associativismo.

3.2.6. Projetos Educativos do Município: diagnóstico e estratégias de intervenção – volume VII

Documento em desenvolvimento.

4. Eixos Estratégicos do PEL – Os Grandes Desafios



4.1. PLANEAMENTO

Nos últimos anos tem-se argumentado que o desenvolvimento dos territórios já não pode ser controlado pelos instrumentos de planeamento territorial convencional (os planos físicos de ocupação e uso do solo), devido aos problemas decorrentes da recessão e do aumento do desemprego e dos problemas relacionados com a instabilidade e a insegurança da reestruturação económica. Deste modo, os planos físicos estáticos perderam eficácia, uma vez que não resistem a ocorrências imprevistas. No entanto, apesar das diferenças entre ambos os tipos de planeamento, o planeamento estratégico visa ser complementar e não substituir o planeamento urbano tradicional (quadro 1). Deste modo, os planos e projetos estratégicos são flexíveis e mais vocacionados para a demonstração das potencialidades dos territórios do que para um programa exato, e mais vocacionados para a comunicação de ideias do que para a regulação do uso do solo.

O planeamento estratégico é um processo cíclico ao contrário do planeamento tradicional cujo objetivo consistia na aprovação do plano definitivo, que constituía um produto acabado. Trata-se de um processo de planeamento contínuo, onde devem ser definidas as metas de desenvolvimento, as suas prioridades de atuação e os programas de ação e que exige a organização de um sistema eficiente de acompanhamento e monitorização (Alexandre, 2003).

Quadro 1
Planeamento tradicional e planeamento estratégico.

Planeamento Tradicional	Planeamento Estratégico
• Setorial	• Global e integrado
• Físico	• Diversas vertentes
• Normativo/regulador	• Processual/operacional
• Extrapolação de tendências	• Prospetivo
• Tecnocrático	• Participativo
• Orientado pela oferta	• Orientado pela procura
• Rígido	• Flexível

Segundo Fonseca (2006), a finalidade do planeamento estratégico visa identificar, hierarquizar e programar os recursos mobilizadores de crescimento de um território, com base no diagnóstico dos problemas e das tendências de evolução que bloqueiam o desenvolvimento socioeconómico e territorial, bem como os fatores de desenvolvimento externos, em termos de: políticas setoriais que tenham repercussões no desenvolvimento territorial; iniciativa e capacidade de empreendimento por parte dos atores/instituições locais; constituição de parcerias público/privado, incrementando uma cultura de partilha de responsabilidades e desenvolvimento de uma base coerente e fundamentada de apoio à decisão. Este processo deverá unificar visões, coordenar a atuação pública e privada e estabelecer um quadro coerente de mobilização e cooperação dos atores com relevância no território.

O processo de planeamento estratégico representa uma forma fundamentada de definir prioridades e operacionalizar ações, permitindo otimizar as forças, mecanismos e recursos escassos da sociedade, evitando os

desperdícios e a improvisação, sendo por isso fundamental para sistematizar e conferir racionalidade, direcionamento e interação lógica às ações, aumentando a sua eficácia, a sua eficiência e os seus impactos no território.

Este processo é encarado como uma série de ações em cadeia, desde a implementação de uma estrutura organizativa para o plano, até à finalização de uma série de ações que envolvem a obtenção de consensos e, por isso, a realização de negociações entre os diferentes atores e agentes do território (públicos e privados).

A etapa de maior relevância no desenvolvimento do plano estratégico diz claramente respeito à definição das linhas estratégicas de futuro. Estas deverão ser o resultado de um processo de diálogo, participação e concertação que reúna políticos, técnicos e atores locais, sendo que as metas são mais facilmente tangíveis quando todos colaboram e intervêm no processo de implementação e assumem responsabilidades, nomeadamente na celebração de parcerias (Fonseca, 2006). O processo de definição de estratégias consiste em cruzar, para cada tema crítico, as oportunidades e as ameaças previsíveis do meio (análise externa), com as forças e fraquezas da oferta territorial (diagnóstico interno). No entanto, a formulação da estratégia deve ter presente a realidade e condicionantes do território, sob pena de se transformar o plano num documento excessivamente arrojado e utópico. Após a definição dos eixos estratégicos/objetivos, deverão desenvolver-se programas de atuação/ações específicos para serem acordados pelos atores presentes, bem como o plano de execução, onde se menciona o horizonte temporal para a concretização das ações propostas, indicando os recursos e meios a mobilizar. Em seguida deve ser elaborado o plano de ação que engloba, ordena e hierarquiza os programas de atuação, servindo de orientação aos responsáveis pela sua implementação.

O projeto educativo local de Vila Nova de Famalicão, enquanto projeto estratégico para a educação do território, assume-se como um compromisso estabelecido entre o município, as escolas e toda a comunidade educativa, definindo um conjunto de princípios e estratégias para a construção de um modelo educativo intimamente ligado à visão de desenvolvimento do território e a toda a lógica anteriormente referida sobre o planeamento estratégico.

Este projeto foi assim estruturado num conjunto de eixos estratégicos/objetivos, as quais vão a jusante apresentar todo um conjunto de ações/atividades que a serem realizadas de forma articulada e organizada, seguindo uma sequência lógica que assegure racionalidade e participação dos atores locais ao longo de todo o processo e, em particular, no decisório, levam a uma efetiva alteração e transformação da área educativa. Esta sequência de atividades deve, por um lado, combinar o processo técnico e a negociação política, e, por outro, integrar a forma ascendente e descendente de análise e formulação de prioridades.

Tendo por base os diferentes indicadores recolhidos ao nível do diagnóstico e as diferentes estratégias encontradas e identificadas com a comunidade, nesta fase são enumerados os diferentes eixos, bem como as linhas de ação temáticas a eles associadas, que se traduzem em planos de ação específicos com propostas de metodologias a adotar (figura 18). Deste modo, são discutidas e definidas políticas locais de educação que se traduzem em organizações e metodologias específicas a diferentes níveis do território.

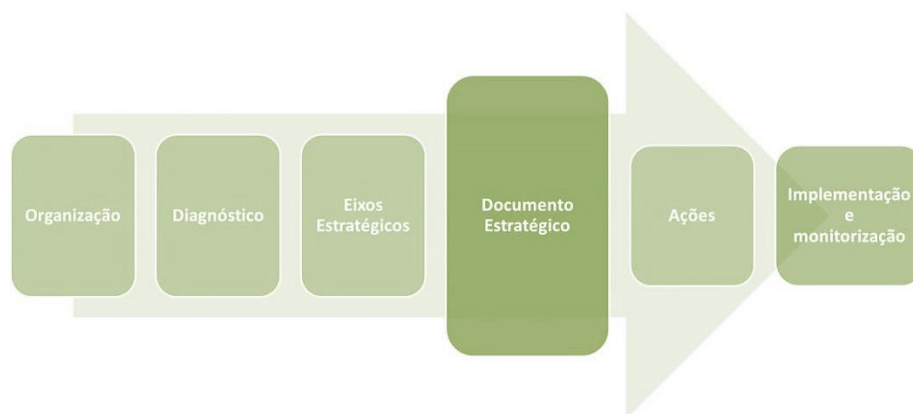


Figura 18
Modelo conceitual do plano estratégico para a educação.

Os cidadãos que foram mobilizados para o PEL, dentro das suas temáticas de intervenção, foram convidados a participar no debate sobre quais as melhores estratégias para superar as necessidades encontradas, devendo este processo continuar a ser realizado pela equipa de implementação do mesmo, sendo os projetos enunciados, apenas pontos de partida para a definição destas estratégias uma vez que só assim será possível minimizar a probabilidade de insucesso. Os intervenientes ao se encontrarem mobilizados e envolvidos na ação (quer os gestores e coordenadores, quer o público alvo), vão dar a segurança de que o projeto apresenta condições para se desenvolver tal como planeado. Para essa fase preveem-se estratégias diferentes de envolvimento, formação e trabalho conjunto para os diferentes tipos de atores.

Neste contexto, é de todo o interesse e pertinência dar a conhecer algumas das considerações resultantes das Jornadas de Reflexão promovidas pelo Município em parceria com a equipa do PEL da Universidade de Coimbra, a 4 de Julho de 2016, com as diferentes equipas de avaliação interna das escolas do concelho. Entre outras dinâmicas, estas Jornadas pautaram-se pela reflexão e debate em torno de três questões principais³:

- Como gostaria que fosse a sua escola daqui a 5 anos?
- O que lhe parece que poderia ser reforçado na educação em Vila Nova de Famalicão?
- Qual o perfil de alunos que quer para Vila Nova de Famalicão?

Num horizonte temporal de 5 anos, as perspetivas dos Agrupamentos de Escolas direcionam-se para uma escola dinâmica, inovadora, reflexiva, aberta à comunidade, inclusiva, orientada para o sucesso educativo, promotora de igualdade de oportunidades e que responda verdadeiramente às necessidades dos alunos que a frequentam. Preconiza-se uma escola com identidade própria e uma referência de cidadania e empenho, uma escola de todos e para todos, um espaço de aprendizagem onde cada um se sinta agente ativo e responsável pela conquista diária na construção da sua personalidade. Para além da promoção de um ensino de qualidade, associado a uma excelente preparação científica e técnica dos alunos, é reforçada a importância da formação integral (desenvolvimento académico, social e afetivo/emocional).

Quando questionados sobre o que deveria ser reforçado na educação em Vila Nova de Famalicão, as considerações dos Agrupamentos de Escolas direcionam-se para os recursos humanos (docentes – coadjuvação;

³ Embora as reflexões em torno das questões abordadas tenham ocorrido em pequenos grupos – uma reflexão por Agrupamento de Escolas, no presente documento apresenta-se uma reflexão geral dos Agrupamentos de Escolas de todo o Município.

A abordagem à temática do sucesso educativo remete para a importância de definir um perfil do aluno, pois ao refletir sobre uma multiplicidade de competências e características desejáveis, consideradas como fundamentais para o desenvolvimento do aluno, torna-se possível traçar caminhos, definir estratégias e reunir meios e recursos necessários à transformação pretendida. Neste sentido, surge por parte dos Agrupamentos de Escolas uma interessante reflexão orientada para a definição do perfil do aluno de Vila Nova de Famalicão (figura 19), aliando uma sólida formação académica e/ou profissional a um conjunto de atributos que capacite os jovens para o desenvolvimento dos seus projetos de vida.

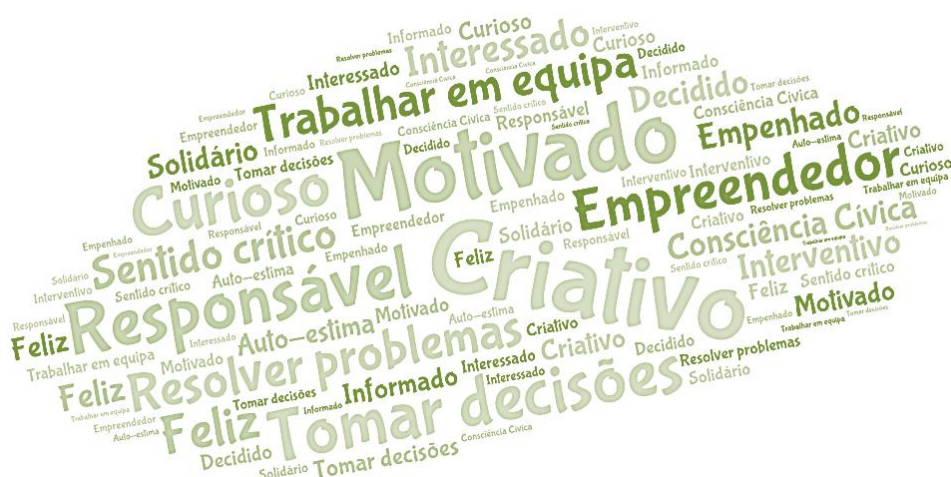


Figura 19
Perfil do aluno de Vila Nova de Famalicão.

Todo o trabalho desenvolvido, orientado por uma lógica participativa e participada, contou com um vasto e profícuo conjunto de contributos dos diferentes atores locais, tornando-se fundamental, neste momento, definir a visão e missão do município para a educação do seu território.

Neste sentido, o assumir de “Uma educação com todos para um desenvolvimento municipal integrado e sustentável” constitui a **visão** do município, assente na **missão** de envolver todos os cidadãos e suas comunidades

(familiares, profissionais, vizinhança...) em processos educativos ao longo e em todos os espaços da vida, capazes de gerar oportunidades de desenvolvimento pessoal e social e um território mais inclusivo e qualificado⁴.

4.2. FINALIDADES DO PEL

Atendendo às diferentes áreas estratégicas de intervenção do PEL do município de Vila Nova de Famalicão, assentes na construção e desenvolvimento de políticas municipais de educação amplas, relacionando as diferentes atribuições que o município assume ao nível da educação, apresentam-se, de seguida, as três dimensões chave deste projeto que se traduzem nas suas principais finalidades (figura 20):

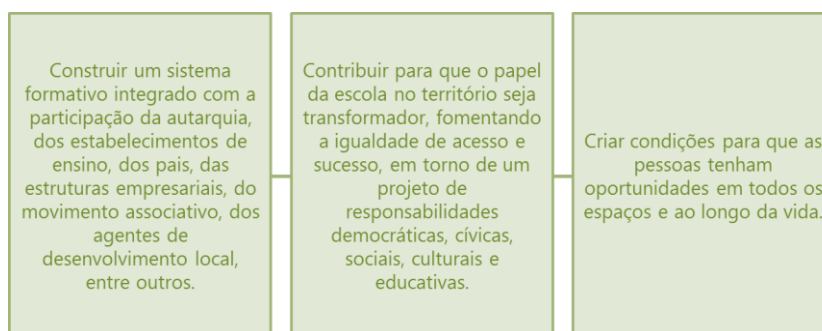


Figura 20
Três dimensões-chave do PEL de Vila Nova de Famalicão.

4.2.1. Princípios transversais

As áreas estratégicas de intervenção do PEL do município de Vila Nova de Famalicão encontram-se intimamente ligadas a um conjunto de princípios e estratégias transversais que conferem estrutura e sentido às ações que se pretendem desenvolver.

Assim, no que concerne aos princípios orientadores, é importante destacar que:

- O município tem o poder mobilizador e a capacidade para gerir a mudança de um território; o planeamento estratégico do território deve implicar articulação intermunicipal;
- A implementação do projeto deve ser realizada de forma colaborativa com outras entidades do território;
- A articulação entre pelouros e divisões da autarquia é fundamental, uma vez que a educação é mais do que as competências delegadas, sendo transversal a diferentes atribuições;
- Deve existir partilha e rentabilização de recursos locais em torno da sua implementação; o projeto pressupõe articulação de equipas existentes no território, independentemente das entidades que as tutelam;
- Os diferentes projetos devem prever a participação e o envolvimento dos diferentes atores no processo e na tomada de decisão e gestão dos mesmos;

⁴ Importante será referir que no domínio da Visão/Missão definida, estamos apenas perante uma primeira proposta e, como tal, deverá ser discutida com os atores.

- É fundamental fomentar nos cidadãos o gosto pelo local e pelo sentido de pertença ao seu território; a educação é um pilar estratégico de desenvolvimento de um território;
- Deve existir um reforço do fomento à cidadania participativa e este tipo de cidadania deve articular-se e reforçar a representativa; desenvolver projetos na área da educação deve fomentar o reforço da democracia; a infância e a juventude são bases de construção de um território;
- Um território atrativo permite a fixação de pessoas, combatendo o seu despovoamento.

As estratégias transversais associadas à implementação de um projeto como o PEL de Vila Nova de Famalicão devem vir a passar, assim, pela reorganização e reforço da equipa de educação e (re)definição das equipas de gestão e coordenação do PEL, pelo reforço das equipas ao nível da interdisciplinaridade e articulação entre diferentes pelouros e áreas do município; pela responsabilidade partilhada entre diferentes entidades e membros da equipa (de diferentes áreas do município); pelo reforço da comunicação e participação efetiva entre os atores, planeando-se atividades neste sentido; pela criação de informação sobre as diferentes temáticas do território, bem como da sua relação com a educação e, por último, pelo reforço de momentos de reflexão e planeamento, com a realização de reuniões frequentes e recolha e partilha de informação.

4.3. EIXOS DE INTERVENÇÃO DO PEL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Como se pode constatar, e assumindo como premissa fulcral que só conhecendo a fundo a realidade que o sistema educativo do Município apresenta – o ponto de partida – se pode delinear de forma efetiva o futuro, tornou-se necessário, na concretização do PEL, o definir de algumas questões que remeteram para a necessidade de conhecer bem o território, as suas características, realizando um bom diagnóstico como ponto de partida e também para a importância de planear o sistema educativo do território a uma década, envolvendo os diferentes atores existentes, não esquecendo que a educação é mais do que a escola, que acontece em diferentes espaços e áreas de intervenção e que o território e as suas características materiais e imateriais devem ser potenciadas com a educação. Desta forma, partindo do trabalho de diagnóstico efetuado, o qual deu origem a um conjunto de documentos, bem como da estreita relação com o definido e desenvolvido no documento “Famalicão, Visão’25” procedeu-se a um reajustamento das áreas de diagnóstico, permitindo verificar a articulação existente (figura 21).

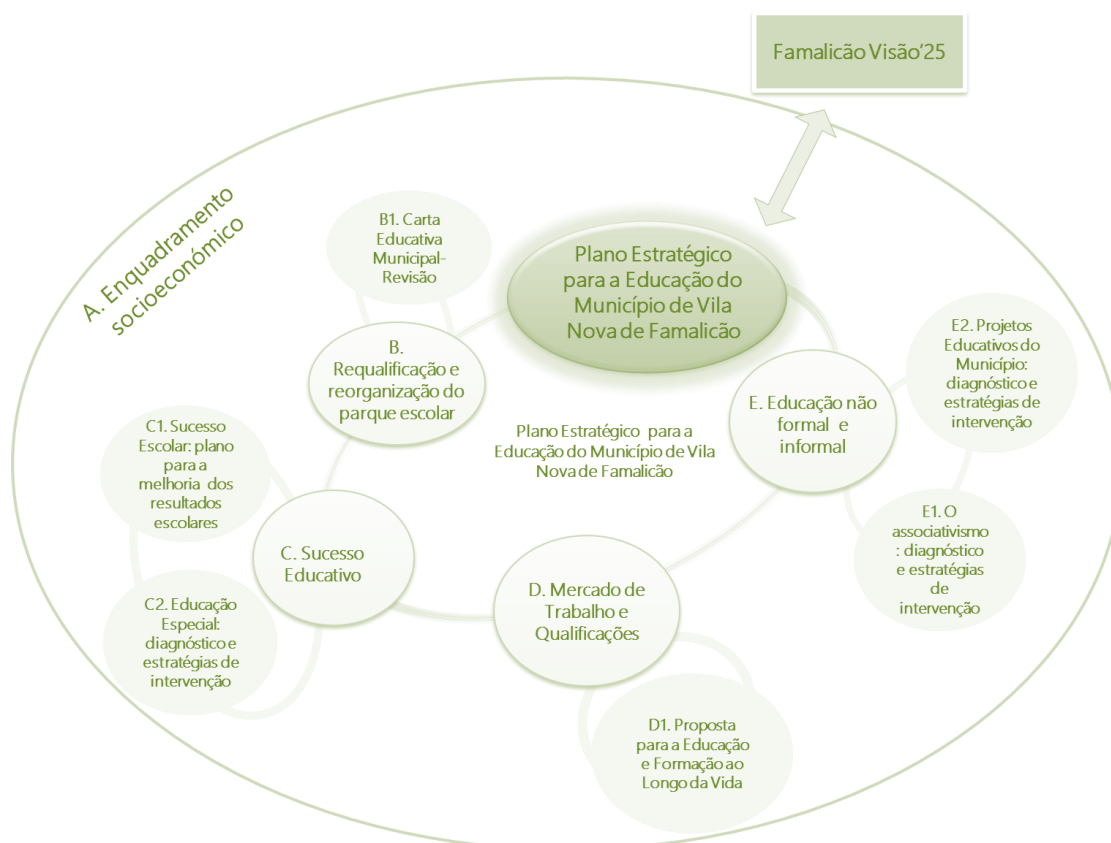


Figura 21
Reajustamento das áreas de diagnóstico do PEL do Município de Vila Nova de Famalicão.

Neste sentido, e tomando como realizado o momento inicial através do diagnóstico – o que somos, ou seja, quais os valores que se assumem como mais relevantes, bem como quais os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças – Análise SWOT (quadro 2) – torna-se importante definir os vetores estratégicos, os objetivos e ações/iniciativas, recursos, competências, planos de ação, governança e projetos inovadores.

Quadro 2
Análise SWOT do município de Vila Nova de Famalicão.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
A evolução da população residente tem sido marcada por um acréscimo contínuo a partir de 1981, registando-se igualmente um ligeiro acréscimo da população escolar a frequentar o ensino secundário no concelho.	Baixos níveis de escolaridade e baixa qualificação da população residente.
Maior exportador do Norte e o terceiro a nível nacional - exportações em larga medida superiores às importações.	Decréscimo nos valores do pessoal ao serviço nas empresas entre 2008 e 2013 (-11,4%).
Taxa de atividade superior à generalidade dos municípios limítrofes e superior à média regional e nacional - Famalicão destaca-se pelo primeiro lugar a nível nacional e regional na densidade de empresas por km ² .	Desqualificação escolar da população empregada (57,4% não tem mais do que o 3º ciclo do ensino básico).
Existência de documentos sólidos de diagnóstico (diagnóstico concelhio de necessidades de formação) e projetos no âmbito do sucesso escolar (Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola).	Observa-se um decréscimo da população escolar afeta à educação pré-escolar e ao 1º, 2º e 3º CEB no território municipal, bem como a saída de um número significativo de alunos para frequentar o 2º e 3º CEB e ensino secundários noutros concelhos vizinhos.
Trabalho em rede desenvolvido pelo Município.	
Vila Nova de Famalicão é reconhecida como uma referência nacional na educação pelas boas práticas de todas as escolas que integram a sua rede.	
Oportunidades	Ameaças
A rede educativa do concelho de Vila Nova de Famalicão, considerando a sua dimensão territorial, é constituída por um elevado número de estabelecimentos de ensino, os quais apresentam uma distribuição espacial bastante equilibrada.	É expectável um significativo decréscimo da população escolar em todos os níveis de ensino existentes no território concelhio, o que conduzirá a mudanças na atual rede educativa.
Presença de equipamentos educativos de grande qualidade, consequência das obras de melhoramento do parque escolar [EB's Antas, Joane, Ribeirão (CE), Louro, Mouquim e Lemenhe e Telhado]. Obras com intervenção avultada no parque escolar (Camilo Castelo Branco e D. Sancho I).	As exigências pedagógicas atuais, quer ao nível dos conteúdos educativos, quer ao nível das necessidades em termos de espaço físico, não se coadunam com as condições oferecidas em alguns dos equipamentos educativos existentes, sendo disso exemplo as EB's Mosteiro, Lagoa, Esmeriz, Louredo e Meãs que se apresentam estruturalmente muito debilitadas do ponto de vista físico.
Redes e parcerias intermunicipais. Consolidação e ampliação da rede de ligações no setor empresarial e industrial.	Diminuição dos nascimentos associada a taxas de fecundidade e de natalidade mais reduzidas
Especialização produtiva assente em atividades industriais.	Elevada concorrência exterior na capacidade de atração do setor empresarial.
Município relativamente rejuvenescido, em crescimento demográfico e com um dinamismo económico de realce no contexto regional.	Perspetiva de um decréscimo populacional, ainda que ligeiro, na próxima década.
Transformar VNF num território tecno-industrial de excelência	Prevalência de empresas pequenas e muito pequenas, sendo que cerca de 94,4% das empresas apresentam menos de 10 pessoas ao serviço.

Como se tem vindo a apresentar e a defender desde o início da construção do projeto, não pode efetivar-se uma mudança de paradigmas sem o definir de uma monitorização e uma avaliação – com a necessidade de criação de indicadores próprios (os quais se relacionam com os definidos a nível nacional e/ou regional).

Assim e face a todos os pressupostos enunciados e, numa lógica de educação e formação em todos os espaços e ao longo da vida, o Projeto Educativo Local de Vila Nova de Famalicão, com base no diagnóstico realizado, assenta em seis áreas de intervenção, que se traduzirão em desafios de mudança com objetivos bem definidos e que, consequentemente, potenciarão a estratégia educativa para o município de Vila Nova de Famalicão, nomeadamente: reorganizar e requalificar o parque escolar; promover o sucesso educativo; promover a formação ao longo da vida e elevar os níveis de qualificação da população; promover a cultura e a coesão social; inovação e competitividade e cooperação e governança. Importante será referir que tanto a área da inovação e competitividade como a área da governança na educação constituem áreas transversais a todas as outras. Por sua vez, as áreas de intervenção, anteriormente expostas, relacionam-se entre si, dando estrutura a um conjunto de projetos e ações. De salientar, ainda, que os eixos estratégicos relacionam-se diretamente com iniciativas já levadas a cabo pela autarquia (figura 22).

Com efeito, todas as linhas de ação inerentes aos diferentes eixos estratégicos resultaram de um longo trabalho de diagnóstico do território, do qual emergiram vários documentos (já expostos anteriormente), constituindo estes a base para a emergência de vários projetos e ações. Importante será referir que as linhas de ação expostas refletem não só propostas da equipa do PEL, mas também projetos já em desenvolvimento ou

equacionados pela autarquia. Neste sentido, percecionando o presente documento como um ponto de situação do trabalho em desenvolvimento, que culminará no final do ano corrente, certamente surgirão novos projetos, salientando-se o futuro desenvolvimento de uma formação de professores, a qual desencadeará novos elementos de reflexão-ação.



Figura 22
Eixos estratégicos do PEL e respetiva ligação a iniciativas do Município de Vila Nova de Famalicão.

4.3.1. Objetivos do PEL de Vila Nova de Famalicão

Estando traçados os grandes desafios de mudança para o município e, de forma a alcançar as finalidades deste PEL, foram definidos objetivos que permitiram a construção de projetos e ações adequadas à concretização das transformações desejadas, nomeadamente:

- 1) Reorganizar e requalificar o parque escolar, adaptando-o às necessidades do território (ampliação, remodelação e reconversão de alguns estabelecimentos de ensino)
 - Garantir uma rede escolar de qualidade, consentânea com as características da comunidade educativa e com as condições necessárias ao desenvolvimento das diferentes atividades educativas.
- 2) Promover o sucesso educativo tendo por base uma visão holística da educação
 - Promover níveis elevados de envolvimento escolar, o desenvolvimento global de toda a comunidade educativa do município e a melhoria das suas expectativas (PMMEE - Plano Municipal para a Melhoria e Eficácia da Escola);
 - Diminuir as taxas de retenção em, pelo menos, 10%;
 - Melhorar os resultados escolares dos alunos do município em 10% nos exames e provas de aferição, até 2020;
 - Garantir que todas as crianças a partir dos 3 anos tenham acesso à educação pré-escolar;
 - Disponibilizar espaços e tempos de enriquecimento e apoio curricular que reforcem o conhecimento das crianças sobre os recursos do território e promovam uma educação integral e atitudes mais participativas;

- Reforçar o apoio às crianças e jovens referenciados com necessidades educativas especiais (NEE);
 - Diminuir e prevenir comportamentos de risco dos alunos ao nível da violência e de eventual consumo de substâncias psicoativas e de álcool;
 - Criar condições de acesso do pessoal não docente a programas de formação contínua.
- 3) Estabelecer uma sólida ligação entre as competências dos trabalhadores e as necessidades das empresas do município, numa lógica de educação e formação ao longo da vida
- Sinalizar os jovens NEET (Not in Employment Education or Training), criando oportunidades de sucesso ao nível do seu percurso educativo e profissional;
 - Garantir uma oportunidade de formação e/ou qualificação para todos os jovens e adultos.
- 4) Reforçar o domínio da cultura e coesão social do território, garantindo a igualdade de direitos e oportunidades a todos os cidadãos
- Consolidar práticas de igualdade nas diferentes áreas de atuação e intervenção do município, assentes no Plano Municipal para a Igualdade;
 - Garantir o direito de toda a população sénior e idosa do município a atividades que promovam o seu envelhecimento ativo;
 - Assegurar o acesso de toda a comunidade a espaços e serviços culturais do município;
 - Incluir os espaços com potencial educativo nas atividades formais, não formais e informais da comunidade educativa.
- 5) Implementar estratégias que fomentem a inovação e a competitividade do município (Famalicão Visão'25)
- 6) Potenciar novas lógicas de cooperação e governança na educação
- Efetuar um acompanhamento regular e adequado do percurso educativo e das transições dos jovens no município de Vila Nova de Famalicão;
 - Garantir um acompanhamento e reforço da atividade das escolas no âmbito da intervenção psicoeducativa e orientação vocacional, numa estreita relação entre a rede escolar e outros serviços locais;
 - Incentivar a participação cívica dos jovens na sociedade.

5. O PEL de Vila Nova de Famalicão – Subprojetos e Ações



O PEL do município de Vila Nova de Famalicão, enquanto referencial de gestão estratégica da educação ao nível local, permite traçar um conjunto de orientações e contributos significativos que resultarão num modelo de desenvolvimento do território. Por sua vez, as áreas de intervenção, anteriormente expostas, relacionam-se entre si, dando estrutura a um conjunto de subprojetos e ações que deverão ajudar a alcançar os objetivos atrás definidos. Neste sentido, partir-se-á, neste momento, para uma descrição de cada área, tendo em consideração os subprojetos e ações a desenvolver.

5.1. PARQUE ESCOLAR

5.1.1. Requalificação e Reorganização do Parque Escolar

O subprojeto “Requalificação e reorganização do parque escolar” (quadro 3) provém da necessidade de reorganizar a rede educativa do município, estando, assim, previstas diversas intervenções ao nível da ampliação, remodelação e reconversão de alguns estabelecimentos de ensino, no sentido da máxima adaptação às necessidades do território. Neste contexto, de modo a garantir uma rede escolar de qualidade, com as condições necessárias ao desenvolvimento das diferentes atividades educativas apresentam-se as referidas intervenções:

Quadro 3
Subprojeto “Requalificação e Reorganização do Parque Escolar”.

Designação	REQUALIFICAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR			
Público-alvo	Comunidade escolar.			
Objetivo	Garantir uma rede escolar de qualidade, consentânea com as características da comunidade educativa e com as condições necessárias ao desenvolvimento das diferentes atividades educativas.			
Ações	(A aguardar informação)			
Responsáveis	Câmara Municipal.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	De 2016 a 2019.			
Financiamento	Candidaturas ao programa de desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino – Infraestruturas educativas para o ensino escolar PI 10,5.			

5.2. SUCESSO EDUCATIVO

Neste projeto educativo local, o destaque que a área do sucesso educativo apresenta é evidente, uma vez que no contexto de escola acaba por poder vir a assumir-se como o agregador de muitos dos projetos a desenvolver e, como ponte entre o diagnóstico e os projetos e ações por ele desencadeados, sem esquecer, claro, o cruzamento com projetos já desenvolvidos neste âmbito pelo município de Vila Nova de Famalicão.

Como se tem vindo a avocar ao longo dos diferentes documentos do PEL, a promoção do sucesso educativo na sua plenitude implica uma visão abrangente, holística que não se deve limitar aos resultados escolares, ambicionando alcançar a realização pessoal, a formação integral e a construção de percursos de sucesso.

5.2.1. Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola (PMMEE)

O Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola de Vila Nova de Famalicão (2016-2018), enquanto instrumento de referência segue a estratégia definida pelas escolas da área territorial do Município, estando articulado com o Projeto Educativo Local - Plano Estratégico Educativo Municipal, que constitui o referencial de gestão educativa ao nível local. O seu principal objetivo passa pela promoção de níveis elevados de envolvimento escolar, o desenvolvimento holístico de toda a comunidade educativa famalicense e a melhoria das expectativas de toda a comunidade educativa do Município.

O trabalho colaborativo que tem vindo a ser desenvolvido entre o município, as direções dos estabelecimentos de ensino e as suas equipas de Avaliação Interna tem permitido a identificação das áreas de intervenção prioritária (figura 23) com vista a alcançar níveis elevados de bem-estar, envolvimento com escola, valorização da escola e resultados académicos de excelência. Cada área prioritária engloba, portanto, vários projetos e ações com metas e objetivos bem definidos⁵.

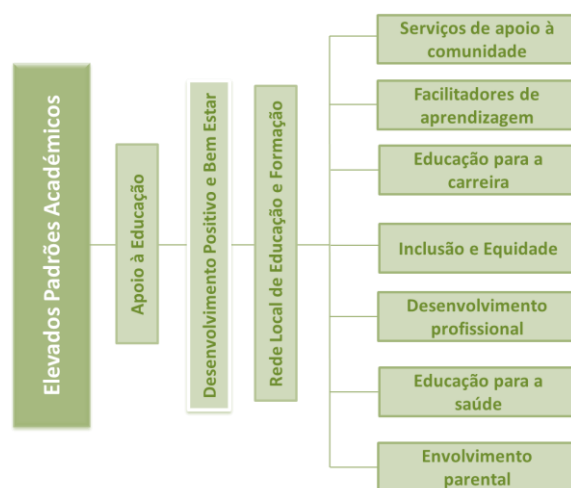


Figura 23
Áreas prioritárias do Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola.

⁵ Todos os projetos e ações inerentes ao Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola encontram-se sistematizados em anexo.

5.2.2. Pré-escolar a 100%

Acreditando que a educação pré-escolar constitui uma etapa decisiva e estratégica para percursos educativos de sucesso, uma vez que pode criar os alicerces para o desenvolvimento pessoal e social, o subprojeto “Pré-escolar a 100%” (quadro 4) pretende garantir que todas as crianças a partir dos 3 anos tenham acesso à educação pré-escolar, tendo sido criadas para o efeito duas ações que se prendem com a sensibilização e informação para pais e encarregados de educação e com a partilha e inovação no pré-escolar.

Quadro 4
Subprojeto “Pré-escolar a 100%”.

Designação	PRÉ-ESCOLAR A 100%			
Público-alvo	Educadores, pais e encarregados de educação e famílias.			
Objetivo	Garantir a curto prazo que todas as crianças a partir dos 3 anos tenham acesso à educação pré-escolar. Promover ações de formação parental.			
Ações	Partilha e inovação no pré-escolar [desenvolvimento de atividades de apoio no desenvolvimento de estratégias de trabalho para divulgação da importância do pré-escolar]. Sensibilização e informação para pais e encarregados de educação [criação e dinamização de atividades para pais e encarregados de educação, capacitando-os em competências que os ajudem a compreender e acompanhar os filhos e/ou educandos no seu percurso];			
Responsáveis	Representantes da educação pré-escolar dos agrupamentos de escolas e ainda um técnico da autarquia.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.2.3. Melhores resultados escolares

O subprojeto “Melhores resultados escolares” procura melhorar os resultados escolares dos alunos do município em 10% nos exames e provas de aferição, até 2020 e diminuir as taxas de retenção em 10% (quadro 5). Assim, de modo a alcançar os objetivos traçados, foram criadas quatro ações, designadamente, apoio a professores, apoio ao sucesso, apoio aos projetos piloto e apoio às famílias. Cada uma destas ações apresenta objetivos e estratégias de implementação concretas que se encontram explicitadas em anexo.

Designação	MELHORES RESULTADOS ESCOLARES			
Público-alvo	Professores, encarregados de educação e alunos de todos os níveis de ensino.			
Objetivo	Diminuir as taxas de retenção em 10%; Melhorar os resultados escolares dos alunos do município em 10% nos exames e provas de aferição, até 2020.			
Ações	<u>Apoio a professores</u> [criação e dinamização de um centro de recursos para professores do município]; <u>Promoção do sucesso educativo</u> [criação de atividades e momentos de trabalho inovador e diferenciado com os alunos]; <u>Apoio aos projetos piloto</u> [desenvolvimento de mecanismos que permitam ao município apoiar projetos inovadores propostos pela comunidade educativa];			
Responsáveis	Equipa formada por professores responsáveis pelos agrupamentos de escolas e escolas e por dois técnicos da divisão de educação do município.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.2.4. Escola a tempo inteiro (AEC?!)⁶

Alguns pontos de partida locais fizeram emergir um subprojeto associado às atividades de enriquecimento curricular (quadro 6), apontando estes para: ofertas de áreas extra curriculares pouco diversificadas; áreas de atividades que não integram a exploração do território; ausência de atividades extra curriculares que fomentem competências transversais ao nível da responsabilidade, resolução de problemas, autonomia e criatividade; desconhecimento por parte da comunidade educativa dos recursos e estratégias existentes no território.

Considerando todos estes indicadores, a aposta direciona-se para estratégias de intervenção diferenciadoras, procurando disponibilizar espaços e tempos de enriquecimento e apoio curricular que reforcem o conhecimento das crianças sobre os recursos do território e promovam uma educação holística e atitudes mais participativas. Tais estratégias centram-se, essencialmente, na criação de uma oferta diversificada, no desenvolvimento de práticas de trabalho autónomo e que fomentem a responsabilidade, a criatividade e o espírito crítico, na promoção de uma maior proximidade ao território, no envolvimento de parceiros do território na aprendizagem dos alunos e na criação de momentos que estimulem a intervenção local.

⁶ Na incerteza da continuidade das Atividades de Enriquecimento Curricular e respetivo responsável ao nível da sua gestão, a exposição deste projeto representa um ponto de partida para a discussão sobre a temática da escola a tempo inteiro.

Designação	ESCOLA A TEMPO INTEIRO (AEC ?!)			
Público-alvo	Professores e crianças que frequentam a educação pré-escolar e o 1º CEB.			
Objetivo	Disponibilizar espaços e tempos de enriquecimento e apoio curricular que reforcem o conhecimento das crianças sobre os recursos do território e promovam uma educação holística e atitudes mais participativas.			
Ações	Estabelecimento de parcerias, planeamento e organização da oferta; Seleção e planeamento da oferta educativa; Planeamento e construção de materiais por oferta; Implementação e monitorização da oferta.			
Responsáveis	Coordenadores do 1º CEB, Coordenadores dos estabelecimentos de educação pré-escolar, membros da direção dos agrupamentos de escolas e um técnico do município.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.2.5. Escola para todos

O subprojeto “Escola para todos” (quadro 7) vem enfatizar a lógica de inclusão na qual deve assentar a educação especial, procurando oferecer as condições necessárias para que os alunos referenciados com necessidades educativas especiais (NEE) melhorem o seu desempenho escolar e profissional. Neste sentido, apela-se ao desenvolvimento de competências que potenciem a empregabilidade e o reforço das oportunidades para a integração socioprofissional deste público.

A emergência deste subprojeto tem por base um conjunto de indicadores locais, recolhidos na fase de diagnóstico, onde se destaca: a caracterização de 799 alunos NEE no município, sendo que destes 799 alunos, 49% apresenta deficiência a nível cognitivo; a necessidade de criar uma maior aproximação com o mercado de trabalho e de incentivar as entidades a empregar os jovens; a necessidade de um maior acompanhamento a docentes e não docentes relativamente à educação especial; a necessidade de um maior apoio e acompanhamento aos alunos com necessidades educativas especiais; a necessidade de criação de parcerias; a falta de atividades extracurriculares para estes alunos

Quadro 7
Subprojeto “Escola para todos”.

Designação	ESCOLA PARA TODOS			
Público-alvo	Docentes e não docentes do município que trabalhem com alunos portadores de necessidades educativas especiais (NEE), crianças e jovens com NEE e ainda encarregados de educação e familiares deste público.			
Objetivo	Reforçar o apoio às crianças e jovens referenciados com necessidades educativas especiais.			
Ações	Apoio para e com a educação especial Apoio à inserção no mercado de trabalho Apoio aos docentes e não docentes Atividades extracurriculares Parentalidade inclusiva			
Responsáveis	Responsáveis dos agrupamentos de escolas do município e ainda dois técnicos da autarquia.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.2.6. Da prevenção ao bem-estar

A constatação da existência de comportamentos de risco por parte dos jovens, no que se refere ao bullying e a outros tipos de violência, consumos de drogas e álcool e comportamento alimentar saudável, potenciou o surgimento do subprojeto “Da prevenção ao bem-estar” (quadro 8), que ambiciona diminuir os comportamentos de risco dos alunos ao nível da violência e de eventual consumo de substâncias psicoativas, fomentando a aquisição de competências pessoais e sociais preventivas. Para a concretização deste subprojeto realizar-se-á uma formação para mediadores socioeducativos, bem como um plano de intervenção ao nível da prevenção e da literacia em saúde.

Quadro 8
Subprojeto “Da prevenção ao bem-estar”.

Designação	DA PREVENÇÃO AO BEM-ESTAR			
Público-alvo	Alunos que integrem o 1º CEB, 2º CEB, 3º CEB e Ensino Secundário.			
Objetivo	Diminuir e prevenir comportamentos de risco dos alunos ao nível da violência e de eventual consumo de substâncias psicoativas e de álcool.			
Ações	Formação de mediadores socioeducativos Plano de Intervenção			
Responsáveis	Um médicos de clínica geral, dois enfermeiros, dois professores e ainda, dois técnicos da autarquia da área da educação e/ou da área social.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.2.7. Todos educamos

Acreditando que todos os profissionais que desempenham funções na escola são educadores, uma vez que auxiliam e organizam de forma educativa as atividades desenvolvidas, torna-se fundamental encarar os não docentes como elementos essenciais na formação das crianças e jovens.

Nesta linha de pensamento e, tendo como base um conjunto de indicadores locais que evidenciam um certo desconhecimento e desvalorização, por parte da comunidade, do papel que os não docentes desempenham na educação dos jovens, bem como a ausência de formação contínua nestes profissionais, considerou-se pertinente desenvolver o subprojeto “Todos educamos” (quadro 9). Este subprojeto encontra-se orientado para a criação de condições de acesso do pessoal não docente a programas de formação contínua, numa lógica de reforço das suas competências, valorização dos seus percursos profissionais e do seu papel na educação dos jovens. As estratégias que suportam as ações a desenvolver encontram-se voltadas para o trabalho colaborativo com e entre o pessoal não docente e para a formação contínua.

Quadro 9
Subprojeto “Todos educamos”.

Designação	TODOS EDUCAMOS			
Público-alvo	Pessoal não docente dos agrupamentos de escolas do município de Vila Nova de Famalicão.			
Objetivo	Criar condições de acesso do pessoal não docente a programas de formação contínua.			
Ações	Trabalho colaborativo com e entre o pessoal não docente Formação contínua			
Responsáveis	Um representante do pessoal não docente de cada agrupamento de escolas, assim como um representante da direção de cada agrupamento de escolas do município, sugerindo-se, ainda a integração de um técnico da autarquia.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.3. FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E QUALIFICAÇÕES

Indubitavelmente, tendo em linha de conta as dinâmicas dos dias de hoje, torna-se cada vez mais importante alcançar mecanismos de articulação entre dois tipos de mercado: o mercado da formação e o mercado de trabalho, de modo a alcançar o equilíbrio desejável entre as qualificações/competências dos trabalhadores e as necessidades das empresas. Neste sentido, para o eixo de intervenção em análise foram equacionados dois subprojetos distintos, designadamente, a “Intervenção com Jovens NEET” e o subprojeto “Mais formação, melhor formação”.

5.3.1. Intervenção com Jovens NEET (not in employment education or training)

Ajudar os jovens de Vila Nova de Famalicão que não trabalham, nem estudam a encontrar um percurso pessoal e profissional preconiza a intenção do subprojeto “Intervenção com Jovens NEET” (quadro 10). A pertinência deste subprojeto

advém dos indicadores recolhidos na fase de diagnóstico, sendo que em 2011, 20,63% dos jovens entre os 18 e os 24 anos com 3ºCEB não se encontravam a frequentar o sistema de ensino.

Neste sentido, é crucial que sejam criadas as oportunidades para que os jovens que abandonaram o sistema de ensino concluam a escolaridade obrigatória. Para atingir este objetivo é importante apostar no envolvimento de parceiros territoriais e agentes da comunidade educativa na aprendizagem dos alunos, devendo ser valorizadas estratégias ativas de trabalho com os jovens.

Quadro 10
Subprojeto “Intervenção com jovens NEET”.

Designação	INTERVENÇÃO COM JOVENS NEET			
Público-alvo	Jovens do município de Vila Nova de Famalicão que não trabalham nem estudam.			
Objetivo	Criar oportunidades para que os jovens que abandonaram precocemente o sistema de ensino concluam a escolaridade obrigatória.			
Ações	<p>Sinalização dos jovens que se encontram fora do sistema (IEFP) – Articulação entre parceiros no âmbito da Iniciativa Garantia Jovem;</p> <p>Ações dinâmicas acerca do projeto de vida dos jovens e posterior encaminhamento.</p>			
Responsáveis	Um técnico do município, um responsável do IEFP, um responsável pelo CQEP e dois responsáveis pela oferta profissionalizante no concelho. A equipa do município deverá ser constituída pelo mínimo de 2 pessoas que exerçam funções na divisão de educação e da juventude.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.3.2. Mais formação, melhor formação

No âmbito do terceiro eixo de intervenção, a promoção da elevação dos níveis de qualificação da população constitui uma das dimensões do PEL do município de Vila Nova de Famalicão, tendo sido criado o subprojeto “Mais formação, melhor formação” (quadro 11), o qual apresenta como principal objetivo a definição uma política local de educação e formação para todos os jovens e adultos.

Designação	MAIS FORMAÇÃO, MELHOR FORMAÇÃO			
Público-alvo	Professores que lecionem no ensino profissional e alunos que pretendam frequentar.			
Objetivo	Definir uma política local de educação e formação para todos os jovens e adultos.			
Ações	Planeamento da oferta formativa do município; Promoção das ofertas formativas [ações de sensibilização para as ofertas formativas existentes].			
Responsáveis	Um grupo constituído pelo corpo de direção dos Agrupamentos de Escolas de Vila Nova de Famalicão, por um representante de cada Escola Profissional do município e dois técnicos da autarquia que exerçam funções na divisão de educação de modo a existir uma gestão integrada e partilhada de recursos.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.4. CULTURA E COESÃO SOCIAL

O quarto eixo do PEL de Vila Nova de Famalicão – Cultura e Coesão Social – direciona-se para uma das iniciativas do município, nomeadamente, o Plano Municipal para a Igualdade, o qual engloba diversas áreas de intervenção e um subprojeto específico orientado para a população idosa.

5.4.1. Plano Municipal para a Igualdade

A garantia da igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos constitui o grande desígnio para o reforço da coesão social do território, estabelecendo-se, desta forma, a ponte com o Plano Municipal para a Igualdade (2014/2017)⁷. Este plano representa um documento estratégico que permite enquadrar a temática da igualdade e da não discriminação enquanto mecanismo de promoção de coesão social, nas diferentes áreas de atuação e intervenção do Município (figura 24), bem como definir as prioridades de intervenção.

⁷ O Plano Municipal para a Igualdade e todas as ações inerentes, nas diversas áreas de intervenção, encontram-se apresentadas em anexo.



Figura 24
Plano Municipal para a Igualdade – Áreas de Intervenção.

5.4.2. Envelhecimento Ativo

Para além do Plano Municipal para a Igualdade, atendendo à evolução do índice de envelhecimento da população do município (2001 – 56,46% | 2011 – 85,66%) e do índice de dependência de idosos (2001 – 15% | 2011 – 19,8%), considerou-se pertinente desenvolver um subprojeto orientado para a população idosa – “Envelhecimento Ativo” (quadro 12).

Quadro 12
Subprojeto “Envelhecimento Ativo”.

Designação	ENVELHECIMENTO ATIVO			
Público-alvo	População sénior e idosa do município de Vila Nova de Famalicão.			
Objetivo	Garantir o direito de toda a população sénior e idosa do município a atividades que promovam o seu envelhecimento ativo.			
Ações	Formação de mediadores socioculturais [criação de equipa de mediadores socioculturais e posterior formação acerca do que pretende que sejam as ações];			
	Atividades para idosos [desenvolvimento de atividades para idosos nas aldeias];			
	Atividades com e entre idosos [desenvolvimento de projeto que permita a realização das mesmas atividades com idosos institucionalizados e não institucionalizados, culminando com um encontro entre todos].			
Responsáveis	Dois representantes de instituições que acolham idosos, por dois técnicos da autarquia que exerçam funções na área social e ainda por um presidente de junta.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.5. INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

5.5.1. Famalicão Visão'25

A promoção da inovação e da competitividade, sendo uma área transversal, constitui mais um dos eixos de intervenção do município de Vila Nova de Famalicão, representando uma forte ligação ao Plano Estratégico – Famalicão Visão'25, o qual apresenta um conjunto de desafios (figura 25). A partir dos desafios elencados neste Plano Estratégico emerge uma visão e um conjunto de Programas-Estrela de modo a assegurar o longo trajeto entre os valores identitários do presente e os valores do futuro. Por último, importa referir que neste documento encontram-se diversas propostas práticas que apoiam a concretização operacional de projetos e garantam uma avaliação prospetiva e enriquecedora com referenciais reconhecidos.

Ainda no âmbito deste eixo estratégico, é de ressaltar a iniciativa Famalicão Made In, enquanto uma das grandes apostas do Município de Vila Nova de Famalicão para promover o desenvolvimento económico do concelho, assente em três principais eixos de intervenção – Famalicão Made INCubar, Famalicão Made INvestir e Famalicão Made INCentar.

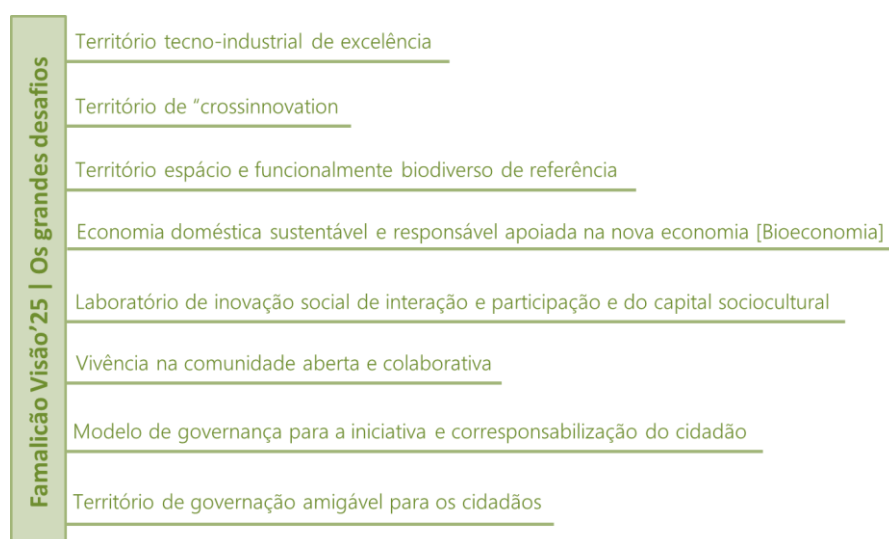


Figura 25
Os grandes desafios do Plano Estratégico – Famalicão Visão'25.

5.5.2. Novas Ofertas de Ensino Profissional

Considerando a necessidade de adaptar a oferta formativa às reais necessidades das empresas e a falta de reconhecimento associada ao ensino com via profissionalizante, partiu-se para a construção do subprojeto “ Novas ofertas de ensino profissional” (quadro 13).

Quadro 13
Subprojeto “Novas ofertas de ensino profissional”.

Designação	NOVAS OFERTAS DE ENSINO PROFISSIONAL			
Público-alvo	Alunos, encarregados de educação e professores do 3º CEB e Ensino Secundário e empresas.			
Objetivo	Garantir oportunidades de formação inovadoras para jovens e adultos, relacionando-as com o potencial do território.			
Ações	Concertação e dinamização da oferta profissionalizante [criação e dinamização de equipa formal de concertação e dignificação da oferta profissionalizante no município]; Oferta de formação contínua e avançada inovadora [desenvolvimento de atividades formativas para aumentar as qualificações e competências profissionais da população, adaptando-as ao mercado de trabalho].			
Responsáveis	Equipa constituída por responsáveis dos Agrupamentos de Escolas de Vila Nova de Famalicão e um responsável de cada Escola Profissional. Para além destes, sugere-se que integrem a equipa dois técnicos da autarquia e um representante da associação de empresas.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.6. COOPERAÇÃO E GOVERNANÇA

A cooperação e governança assumem-se como um eixo transversal ao projeto educativo local, emergindo como um conceito recente e incontornável, cujo desafio se centra na procura de soluções para as melhores formas de gestão da educação, atendendo à multiplicidade das inter-relações estabelecidas entre os diversos atores sociais integrados no território. Cada vez mais devem ser reforçadas a ideia e a necessidade de trazer novas lógicas de partilha de responsabilidades na articulação e otimização dos recursos e meios que podem potenciar as práticas de educação e formação (formais, não formais e informais), considerando o trabalho em rede como o caminho a seguir rumo ao bem comum da comunidade educativa e municipal.

Neste contexto, fará parte das opções do município de Vila Nova de Famalicão desenvolver um conjunto de ações que concretizem o referido trabalho em rede, através da criação de uma “Comissão de Monitorização e Acompanhamento” que se traduzirá pela implementação de um “Gabinete de Gestão do PEL”, subdividido em duas estruturas interligadas: uma estrutura humana e outra física, constituída por uma plataforma de informação, cujas áreas devem ser as de referência – promoção do sucesso educativo, educação da especial e articulação das diferentes ofertas formativas – bem como outras que ao longo do período de monitorização e avaliação possam surgir como relevantes à organização, avaliação e melhoria contínua dos processos educativos (figura 26).

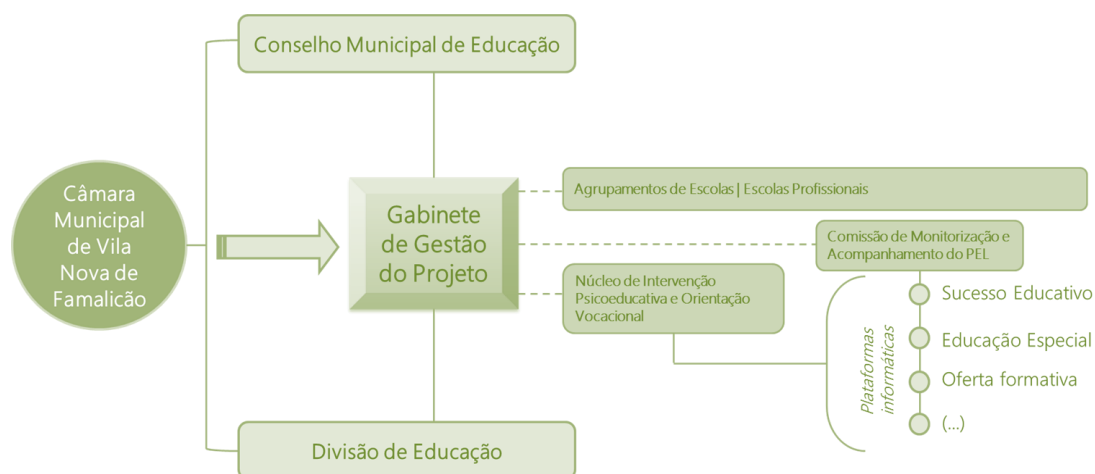


Figura 26
Trabalho em rede no município de Vila Nova de Famalicão.

Tão importante quanto a fase de implementação do projeto, apresenta-se a etapa da monitorização e, de modo a dar suporte à mesma, pretende-se que seja criada uma plataforma informática abrangente que possibilite a realização de um acompanhamento regular e adequado dos processos em análise, quer através do envolvimento e participação dos diferentes agentes, quer através da produção e análise crítica da informação e conhecimento para a sua melhoria contínua. Desta forma, a Comissão de Monitorização e Acompanhamento do PEL pretende focar as suas atividades não só no acompanhamento da evolução do PEL do Município de Vila Nova de Famalicão, mas também servir de base de trabalho ao projeto relativo à prevenção e o combate do insucesso e abandono escolar, através da análise de um conjunto alargado de estudos, pesquisas e indicadores, em permanente atualização, garantindo uma monitorização integrada dos indicadores do Município.

Importante será referir que o desígnio do trabalho em rede pretendido para o município de Vila Nova de Famalicão integra uma vasta equipa de trabalho com um papel bem definido, com vista à otimização de todos os projetos que se ambicionam vir a implementar. Neste sentido, e atendendo à abrangência do PEL, propõe-se a criação de subequipas com atribuições específicas de forma a atuarem e prestarem o devido apoio aos projetos a desenvolver nas diversas áreas que, de seguida, serão apresentados.

No âmbito do gabinete de gestão do projeto que preconiza o trabalho em rede no Município de Vila Nova de Famalicão, apresentam-se dois importantes subprojetos, sendo estes transversais a várias áreas de intervenção, designadamente, a Comissão de Monitorização e Acompanhamento do PEL (sucesso educativo, educação especial, oferta formativa) e o Núcleo de Intervenção Psicoeducativa e Orientação Vocacional.

Ainda neste eixo da cooperação e governança apresenta-se o subprojeto “Juventude participativa”.

5.6.1. Subprojeto “Comissão de Monitorização e Acompanhamento do PEL”

O surgimento desta Comissão (quadro 14) advém da constatação da necessidade de efetuar um acompanhamento regular e adequado dos processos em análise (Sucesso Escolar, Educação Especial, Oferta Formativa), quer através do envolvimento e participação dos diferentes agentes, quer da produção e análise crítica da informação conhecimento para a sua melhoria contínua. Pretende-se, assim, disponibilizar uma Plataforma Informática de agregação da informação que,

entre muitas outras funcionalidades, seja relevante para a promoção do sucesso escolar, que utiliza de forma inovadora a informação existente sobre os percursos escolares e atividades educativas (*educational analytics*), no sentido de fornecer aos vários agentes e partes interessadas no processo educativo a informação necessária para uma intervenção informada na maximização do sucesso.

Quadro 14
Subprojeto “Comissão de Monitorização e Acompanhamento do PEL”.

Designação	COMISSÃO DE MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PEL			
Público-alvo	Comunidade educativa.			
Objetivos	<p>Garantir um acompanhamento da evolução do PEL do Município de Vila Nova de Famalicão;</p> <p>Caracterizar os diferentes indicadores – territoriais, educativos, sociais – do município de modo a possibilitar a sinalização e prevenção das situações de risco de insucesso e abandono escolar;</p> <p>Desenvolver estudos em parceria com instituições públicas e particulares da região;</p> <p>Reunir recursos e promover sinergias entre os parceiros;</p> <p>Produzir e disseminar informações sobre a dinâmica do sistema educativo municipal;</p> <p>Garantir o acompanhamento e avaliação das políticas e programas implementados pelo município;</p> <p>Promover o conhecimento científico na temática da educação;</p> <p>Desenvolver e utilizar conteúdos educativos, ao nível do território;</p> <p>Construir e disponibilizar programas de estudo individual e familiar;</p> <p>Envolver todos os agentes na partilha de informação especializada, aos níveis educativo, cultural, desportivo e profissional;</p> <p>Desenvolver conteúdos de informação escolar e profissional que ajudem a escolhas mais conscientes e informadas;</p> <p>Responsabilizar e envolver as diferentes comunidades (familiares, profissionais, de vizinhança...) no sucesso educativo de todos os habitantes do município;</p> <p>Criar e disponibilizar programas de competências básicas para adultos e idosos, com particular incidência nas TIC;</p> <p>Contribuir para estabilizar uma política municipal de envelhecimento ativo.</p>			
Ações	<p>Estrutura humana (equipa de autoavaliação e equipa operacional);</p> <p>Estrutura física digital de compilação de dados que será apresentada em torno de uma plataforma para a monitorização dos indicadores do sistema educativo de Vila Nova de Famalicão, sendo assim possível aceder a diferentes registos de informação;</p> <p>Desenvolvimento de conteúdos educativos e de Informação e orientação escolar e profissional</p>			
Responsáveis	Autarquia.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.6.2. Subprojeto “Núcleo de Intervenção Psicoeducativa e Orientação Vocacional”

O ponto de partida para o Núcleo de Intervenção Psicoeducativa e Orientação Vocacional (quadro 15) prende-se com indicadores como: as problemáticas com que a escola se depara a nível comportamental, a nível emocional, bem como dificuldades ao nível da realização escolar dos seus alunos; o débil apoio no que diz respeito à orientação profissional e de talento dos jovens; e a necessidade de apoiar professores, pessoal não docente e outros técnicos presentes nas escolas.

Deste modo, a meta preconizada passa pela garantia de um apoio especializado que possibilite um acompanhamento e reforço da atividade das escolas e que privilegie uma estreita relação entre a rede escolar e outros serviços locais, com vista à promoção do sucesso e igualdade de oportunidades.

Quadro 15
Subprojeto “Núcleo de Intervenção Psicoeducativa e Orientação Vocacional”.

Designação	NÚCLEO DE INTERVENÇÃO PSICOEDUCATIVA E ORIENTAÇÃO VOCACIONAL			
Público-alvo	Professores, pessoal não docente e outros técnicos das escolas (e.g. psicólogos).			
Objetivos	<p>Apoiar os profissionais das escolas no desenvolvimento de ações de apoio psicopedagógico que possibilitem a deteção precoce de fatores de risco educativo, bem como a operacionalização de respostas preventivas adequadas às diferentes necessidades;</p> <p>Apoiar o núcleo de educação especial no despiste, avaliação e acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais (NEE);</p> <p>Colaborar no reforço das estratégias de aconselhamento e orientação educativa e profissional dos jovens.</p>			
Ações	<p>Apoio Psicológico e Psicopedagógico;</p> <p>Orientação Escolar e Profissional;</p> <p>Articulação com a Comunidade Educativa.</p>			
Responsáveis	Um coordenador de cada ciclo (1º CEB, 2º CEB, 3º CEB e Secundário), um técnico do município e 2 psicólogos.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

5.6.3. Subprojeto “Juventude participativa”

A insuficiente participação dos jovens em atividades locais, ao nível da cidadania democrática concelhia e do associativismo juvenil, assim como o pouco conhecimento relativamente à democracia e ao funcionamento do sistema democrático local, nacional e internacional, estiveram na base da criação do subprojeto “Juventude participativa” (quadro 16). Representando uma nova abordagem à governança na educação, este projeto pretende incentivar a participação cívica dos jovens do município de Vila Nova de Famalicão, promovendo o desenvolvimento de competências de intervenção democrática e cívica, onde se reúne um conjunto de atividades.

Designação	JUVENTUDE PARTICIPATIVA			
Público-alvo	Jovens do município de Vila Nova de Famalicão de todos os níveis de ensino e idades (até aos 30 anos).			
Objetivo	Incentivar a participação cívica dos jovens do município de Vila Nova de Famalicão.			
Ações	<p>Orçamento Participativo Jovem [incidência em estratégias de participação e envolvimento juvenil local, subdividindo-se em escolar e concelhio];</p> <p>Jovem Deputado Municipal [criação de um projeto de participação democrática local que, a partir dos representantes dos alunos nas turmas promova uma mobilização em torno da procura de melhores intervenções autárquicas ao nível local];</p> <p>Apoio às Associações Juvenis [criação de atividades de apoio ao desenvolvimento das associações juvenis e grupos de jovens locais];</p> <p>Apoio à internacionalização juvenil [criação de atividades que fomentem oportunidades de conhecimento e desenvolvimento de competências ao nível internacional];</p> <p>Voluntariado e participação juvenil [criação de atividades que fomentem o voluntariado jovem local].</p>			
Responsáveis	Duas pessoas que exerçam funções na área da juventude e da educação.			
Prioridade	Imediata	Muito urgente	Urgente	Médio prazo
Calendarização	A definir.			
Financiamento	A definir.			

IMPLEMENTAÇÃO

Posteriormente à fase de planeamento que agora se encerra, marcada por um vasto conjunto de estratégias e momentos de envolvimento dos diferentes atores do território, a implementação do Projeto Educativo Local de Vila Nova de Famalicão obriga a uma estruturação da gestão educativa do território municipal mantendo, embora, sempre no contexto legislativo vigente.

Tendo em consideração o tipo de projeto que desde o início se pretendeu desenvolver, recomenda-se que a implementação deste se inicie com a criação de uma estrutura de gestão, bem como o alocar de professores/técnicos às diferentes ações, estruturando-se as equipas. Com estas definidas, deve então ser iniciada a discussão em torno dos projetos que se propõe desenvolver, de forma a clarificar as estratégias de implementação, para que se tomem decisões que permitam uma maior adaptação ao território e às suas especificidades. Neste momento, cada equipa de projeto deverá ter um coordenador e, todos em conjunto, deverão constituir a equipa de coordenação do PEL, criando um cronograma funcional, realista e rigoroso.

Propõe-se que esta fase funcione numa lógica de *reflexão-ação*, uma vez que ao longo da execução dos diferentes planos de ação se podem ir recolhendo informações e se pode refletir, permitindo uma adaptação contínua e melhoria das práticas.

AVALIAÇÃO

A avaliação do Projeto Educativo Local do município de Vila Nova de Famalicão constitui mais uma das etapas cruciais em todo este processo, dado que permitirá compreender se este é o caminho certo para a construção de políticas locais de educação, de acordo com o conceito de territorialização que se tem vindo a defender, e que passam pelo regular de forma nacional mas deixando ao local, o espaço e a capacidade de se organizar e criar identidade cultural e democrática própria. Para que esta avaliação seja real e tenha o devido impacto, torna-se fulcral que seja realizada de modo continuado e construtivo, pressupondo a criação de mecanismos de avaliação contínua em diferentes momentos e envolvendo os diversos intervenientes.

Ao avaliar o PEL procura-se, entre outras coisas, perceber se os objetivos previstos foram ou não atingidos e o porquê disso acontecer. Para avaliar este projeto importa existir um plano que se estruture em função do projeto previsto, sendo acompanhado de mecanismos de autocontrolo que permitam, de forma rigorosa, ir conhecendo os resultados e os efeitos da intervenção e corrigir as trajetórias caso estas sejam indesejáveis (Guerra, 2006).

A avaliação neste projeto deve servir como unidade de medida para os seus resultados finais e terá de interpretá-los como instrumento de apoio à tomada de decisão, uma vez que, se for positiva, poderá servir de justificação à continuidade e evolução do PEL ou de cada projeto que o integra, e como processo de formação pois ao avaliar continuamente o projeto, várias serão as reflexões feitas e várias serão as aprendizagens. Do mesmo modo, a avaliação servirá, igualmente, de aprofundamento da democracia participativa, assumindo aqui uma dupla função pois um dos pilares que se pretende desenvolver com o PEL é o da sua relação com as ideias intrínsecas à própria descentralização.

Não sendo apenas necessária no final do projeto, propõe-se que a equipa que vai coordenar o PEL, nas primeiras reuniões de planeamento e antes do início da sua implementação construa o modelo de avaliação de cada projeto,

decidindo as formas e os momentos de recolha de informação, pois para que a mesma aconteça deve ser previamente planeada, de forma a existirem espaços específicos de monitorização da avaliação ao longo do projeto, bem como um espaço de finalização e construção do relatório final, no fim de todas as atividades.

Para o PEL, propõe-se uma avaliação de projetos contínua, três avaliações globais intermédias e uma final a 10 anos, sendo que as avaliações intermédias deverão observar-se ao final do primeiro ano de implementação, ao final do terceiro e, ao sexto ano de implementação. A implementação e avaliação do projeto deverão vir a ser acompanhadas por uma equipa externa de apoio ao mesmo (equipa de apoio ao PEL).

NOTAS FINAIS

O Projeto Educativo Local de Vila Nova de Famalicão foi assumido como um documento que expressa a identidade do território e da sua comunidade enquanto parceiros na construção de Educação inovadora e de caráter local. Desta forma, assumiu-se que este projeto deveria ser construído de forma participada por todos os agentes educativos, devendo ainda contemplar o modelo geral de organização e a sua adequação aos objetivos pretendidos para a criação de um Município Educador.

A necessidade de um conjunto de mudanças e reformas constituídas e impostas pelos parceiros educativos, fez desta forma emergir o PEL, assumindo-se como uma referência de transformação na medida em que deve ter como objetivo principal contribuir e ajudar para a formação de cidadãos responsáveis. Deve, então, ser encarado como uma etapa de planeamento estratégico, como forma de planear o futuro desejado, bem como os meios e estratégias para o alcançar, sendo a primeira etapa, a sua definição clara e objetiva.

Apresentados os diferentes eixos, subprojetos e ações que dão estrutura à estratégia educativa para o município de Vila Nova de Famalicão, torna-se possível obter uma visão mais holística da mesma, perspetivando a relação entre os vários desafios de mudança e as respetivas linhas de ação (figura 27).

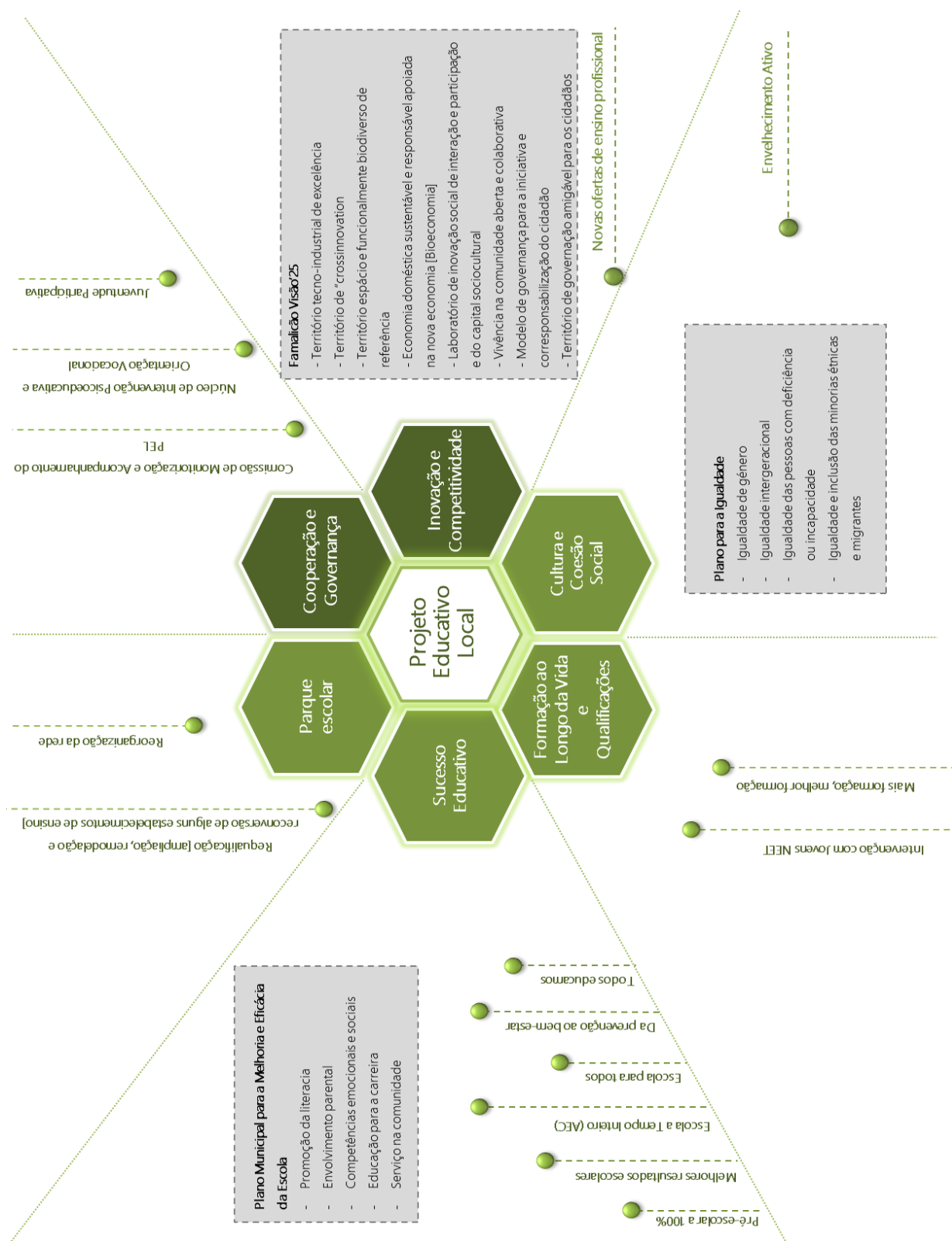


Figura 27
Esquema síntese do PEL de Vila Nova de Famalicão.

- Alcoforado, J. L. M. (2014). Uma Educação para Todos, ao Longo e em todos os Espaços da Vida: desafios para a construção de políticas públicas promotoras de uma cidadania planetária crítica e ativa. In Marinalva Freire da Silva, *Mundos Distantes, Diálogos Possíveis: a vida em Mosaico*, 14 - 34. João Pessoa: Ideia.
- Alexandre, J. (2003). O planeamento estratégico como instrumento de desenvolvimento de cidades de média dimensão. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Aveiro. Aveiro. 186 p.
- Buarque, S. (1999). Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planeamento local e municipal Projeto de Cooperação Técnica. INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA.
- Villar, M. B. Caballo (2001). *A Cidade Educadora: Novas Perspetivas de Organização e Intervenção Municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Canário, Maria Beatriz Bettencourt. (1999). Construir o projeto educativo local: Relato de uma experiência. *Cadernos de Organização e Gestão Escolar*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação.
- Coppini Bertran, Roser (2007). *Los Proyetos Educativos de Ciudad. Gestión Estratégica de las Políticas Educativas Locales*. Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano. PEU, 5, Barcelona, 108 p.
- Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. e Ferreira, A. G. (2012). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. *Cadernos de Geografia*, 30/31: 313 – 324
- Cordeiro, António Manuel Rochette e Barros, Cristina (2011). Uma cidade sustentável, um território coeso: o exemplo da Figueira da Foz. *Filosofia de um projeto integrado de planeamento e ordenamento do território*. Actas do 17º Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) e 5º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza, Bragança-Zamora, pp. 1336-1345.
- Cordeiro, António Manuel Rochette, Alcoforado, Luís e Ferreira, António (2011/2012). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. *Cadernos de Geografia*, nº 30-31, DG-FLUC. Coimbra. pp. 305-315.
- Delors, J. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir*. Porto: ASA.
- Faure, E. (1972). *Aprender a ser*. Livraria Bertrand, Lisboa.
- Ferreira, A. G. (2007). *Da Cidade Educadora à organização de Centros Cívico-Educativos*. Coimbra: FPCE-UC
- Ferrand, J-L. (2010). Entre territoires et formation. *Prolégomènes à l'écriture d'une histoire complexe et mouvementé*. *Education Permanente*, 184, 9-26.
- Figueiredo, P.; Cordeiro, A. M.; Alcoforado, L.; Santos, L. (2014). O Papel dos Professores nos Projetos Educativos Locais: testemunho de uma reflexão conjunta em dois municípios da região centro de Portugal In Lopes, A. et al (Orgs). *Trabalho Docente e Formação: Políticas, Práticas e Investigação: Pontes para a mudança*. Porto: CIIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas. ISBN N.º 978-989-8471-13-0
- Fonseca, Fernando (2006). O planeamento estratégico em busca de potenciar o território: o caso de Almeida. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho. Braga. 219 p.

Guerra, I. (2006). Fundamentos e processos de uma sociologia da ação. In O planeamento em Ciências Sociais. Cascais: Principia.

Healey, P (1997) - "The revival of strategic spatial planning in Europe", in HEALEY et al. (ed.) Making strategic spatial plans: Innovation in Europe. London: UCL Press, pp. 3-19.

Jobert, G. (2010). Développement des territoires et formation. Education Permanente, 184, 2-8.

Marfull, A. S. (1990). Hacia un concepto de ciudad educadora. In. Ajuntament de Barcelona. La ciudad educadora. Ajuntament de Barcelona, pp. 131-140.

Mendes, J. F. G. (2011). O futuro das cidades. Minerva, Coimbra, 125 p.

Pinhal, J., (2012). Os municípios portugueses e a educação, treze anos de intervenções (1991-2003). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Piveteau, V. (2010). Territoire-formation-développement: un triptyque à revisiter par temps changeants. Education Permanente, 185, 7-12.

UNESCO. (2005). Towards Knowledge Societies. Consultado em www.unesco.org/publishing, em 26 de Novembro de 2011.

Villar, M. B. C. (2001). A Cidade Educadora. Nova perspectiva da organização e intervenção municipal. Ed. Instituto Piaget, Lisboa, 242 p.

Legislação

Decreto-lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. Diário da República n.º 176/13 – I Série. Assembleia da República.

Decreto-lei n.º 29/1987, de 30 de Junho. Diário da República n.º 147/97 – I Série. Assembleia da República.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Planeamento tradicional e planeamento estratégico	41
Quadro 2	Análise SWOT do município de Vila Nova de Famalicão	48
Quadro 3	Subprojeto “Requalificação e Reorganização do Parque Escolar”	53
Quadro 4	Subprojeto “Pré-escolar a 100%”	55
Quadro 5	Subprojeto “Melhores resultados escolares”	56
Quadro 6	Subprojeto “Escola a tempo inteiro (AEC?!)”	57
Quadro 7	Subprojeto “Escola para todos”	58
Quadro 8	Subprojeto “Da prevenção ao bem-estar”	58
Quadro 9	Subprojeto “Todos educamos”	59
Quadro 10	Subprojeto “Intervenção com jovens NEET”	60
Quadro 11	Subprojeto “Mais formação, melhor formação”	61
Quadro 12	Subprojeto “Envelhecimento Ativo”	62
Quadro 13	Subprojeto “Novas ofertas de ensino profissional”	64
Quadro 14	Subprojeto “Comissão de Monitorização e Acompanhamento do PEL”	66
Quadro 15	Subprojeto “Núcleo de Intervenção Psicoeducativa e Orientação Vocacional”	67
Quadro 16	Subprojeto “Juventude Participativa”	68

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 O desenvolvimento sustentável (Cordeiro e Barros, 2011).	7
Figura 2 Território como ambiente de aprendizagem.	12
Figura 3 Espaços com potencial educativo.	13
Figura 4 Espaços com potencial educativo do AE D. Maria II.	14
Figura 5 Espaços com potencial educativo do AE Camilo Castelo Branco.	15
Figura 6 Espaços com potencial educativo do AE D. Sancho I.	15
Figura 7 Espaços com potencial educativo do AE Gondifelos.	16
Figura 8 Espaços com potencial educativo do AE Padre Benjamim Salgado.	16
Figura 9 Espaços com potencial educativo do AE Pedome.	17
Figura 10 Espaços com potencial educativo do AE Ribeirão.	17
Figura 11 Espaços com potencial educativo Didáxis - São Cosme.	18
Figura 12 Espaços com potencial educativo Didáxis - Riba de Ave.	19
Figura 13 Espaços com potencial educativo Externato Delfim Ferreira.	19
Figura 14 Eixos estratégicos do PEL do Município de Vila Nova de Famalicão.	20
Figura 15 Bases metodológicas do Projeto Educativo Local – Diagnóstico, Planeamento e Desenho, Implementação e Avaliação.	29
Figura 16 Stakeholders Internos e Externos – O envolvimento dos diferentes atores no PEL de Vila Nova de Famalicão.	30
Figura 17 Organização documental do PEL do Município de Vila Nova de Famalicão.	31
Figura 18 Modelo conceitual do plano estratégico para a educação.	43
Figura 19 Perfil do aluno de Vila Nova de Famalicão.	44
Figura 20 Três dimensões-chave do PEL de Vila Nova de Famalicão.	45
Figura 21 Reajustamento das áreas de diagnóstico do PEL do Município de Vila Nova de Famalicão.	47
Figura 22 Eixos estratégicos do PEL e respetiva ligação a iniciativas do Município de Vila Nova de Famalicão.	49
Figura 23 Áreas prioritárias do Plano Municipal de Melhoria e Eficácia da Escola.	54
Figura 24 Plano Municipal para a Igualdade – Áreas de Intervenção.	62
Figura 25 Os grandes desafios do Plano Estratégico – Famalicão Visão’25.	63
Figura 26 Trabalho em rede no município de Vila Nova de Famalicão.	65
Figura 27 Esquema síntese do PEL de Vila Nova de Famalicão.	71

